

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS E COMÉRCIO
INTERNACIONAL
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JÉSSICA CRISTINA CANTELE

ATIVO IMOBILIZADO: UM ESTUDO SOBRE SUA ADERÊNCIA NA DIVULGAÇÃO
EM NOTAS EXPLICATIVAS DAS EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA
NO ANO DE 2013

CAXIAS DO SUL

2014

JÉSSICA CRISTINA CANTELE

**ATIVO IMOBILIZADO: UM ESTUDO SOBRE SUA ADERÊNCIA NA DIVULGAÇÃO
EM NOTAS EXPLICATIVAS DAS EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA
NO ANO DE 2013**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador: Prof. Ma. Márcia Borges
Umpierre

CAXIAS DO SUL

2014

JÉSSICA CRISTINA CANTELE

**CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO: UM ESTUDO SOBRE SUA ADERÊNCIA NA
DIVULGAÇÃO EM NOTAS EXPLICATIVAS DAS EMPRESAS LISTADAS
NA BM&FBOVESPA NO ANO DE 2013**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador: Prof. Ma. Márcia Borges
Umpierre

Aprovada em 01/07/2014

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Ma. Márcia Borges Umpierre
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof. Ms. Fernando Andrade Pereira
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Prof. Ms. Leandro Rogerio Schiavo
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dedico a todos os que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando e incentivando, de forma especial aos meus pais, que muito contribuíram para que este sonho se realizasse.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial a minha orientadora, Prof^a. Ma. Márcia Borges Umpierre, pela sua competência durante todo o desenvolvimento, tanto do projeto quanto desta monografia; seu apoio, seus conselhos e suas orientações foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Agradeço de forma especial, aos meus pais, Jerônimo Cantele e Claudete Toss Cantele, que sempre incentivaram meus estudos e me apoiaram para que este sonho fosse realizado; sem o apoio deles, nada disso seria possível.

Aos meus amigos e colegas de Universidade, que sempre compreenderam quando não pude estar presente, obrigada pelo apoio e conselhos recebidos durante toda a caminhada da graduação, eles contribuíram muito para que me mantivesse perseverante no objetivo de concluir esta importante etapa na minha vida.

*"O sucesso nasce do querer,
da determinação e persistência
em se chegar a um objetivo.
Mesmo não atingindo o alvo,
quem busca e vence
obstáculos, no mínimo fará
coisas admiráveis."*

José Alencar

RESUMO

Esta pesquisa trata sobre a evidenciação de informações contábeis relativas ao ativo imobilizado, tendo como principal objetivo verificar se as empresas que foram listadas na BM&FBOVESPA, no ano de 2013, estão divulgando em notas explicativas tudo o que a legislação prevê em relação ao CPC 27 - Ativo Imobilizado, que foi aprovado pela CVM através da Deliberação 583, de 31 de julho de 2009. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, na qual foram analisadas as notas explicativas publicadas no website da BM&FBOVESPA referente a amostra. Diante dos dados coletados, foram analisados os oito itens relativos a divulgação constantes na Deliberação 583/09 e posterior atribuídos pesos para resultar no nível de aderência pelas empresas que conforme os resultados obtidos, pode-se concluir que o nível de aderência ao CPC 27 das empresas que abriram capital no ano de 2013 no Brasil é satisfatório, visto que, mais de 50% da amostra apresentaram informações completas, porém deve-se destacar que estas informações são o mínimo que as empresas devem divulgar e que em algumas situações a evidenciação deixa a desejar e, em outras, é completa, mas com informações técnicas, ou com expressões usuais da profissão contábil, o que dificulta o entendimento de leigos em contabilidade.

Palavras-chave: Ativo Imobilizado. Notas Explicativas. Evidenciação. CPC 27. Deliberação 583/09.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Aplicação do IFRS no mundo	27
Figura 2 - Teste de <i>Impairment</i>	33
Figura 3 - Classificação setorial	50
Figura 4 - Segmento de governança corporativa	52
Figura 5 - Faixa de faturamento (mil reais).....	53
Figura 6 - Índices de imobilização	57
Figura 7 - Grau de imobilização de capital próprio	58
Figura 8 - Critério de mensuração do ativo imobilizado	64
Figura 9 - Evidenciação do método de depreciação	66
Figura 10 - Evidenciação da vida útil ou taxa de depreciação	68
Figura 11 - Síntese da movimentação do imobilizado	70
Figura 12 - Evidenciação do valor contábil bruto, depreciação acumulada.....	71
Figura 13 - Arrendamento mercantil empresa ALTUS S.A.....	72
Figura 14 - Ativos com titularidade restrita	74
Figura 15 - Gastos reconhecidos em ativos imobilizados durante a sua.....	76
Figura 16 - Compromissos contratuais na aquisição de ativos	78
Figura 17 - Pontuação por empresa.....	81

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Empresas da amostra	21
Quadro 2 - Reclassificação dos subgrupos de ativos imobilizados	55
Quadro 3 - Critérios para classificação de evidenciação.....	61
Quadro 4 - Resumo da evidenciação dos critérios de mensuração	62
Quadro 5 - Resumo da evidenciação dos métodos de depreciação	64
Quadro 6 - Resumo da evidenciação das vidas úteis ou taxas de	67
Quadro 7 - Resumo da evidenciação sobre o valor contábil bruto, a depreciação acumulada e a conciliação do valor contábil	69
Quadro 8 - Resumo da evidenciação de ativos cuja a titularidade.....	72
Quadro 9 - Resumo da evidenciação de gastos reconhecidos	75
Quadro 10 - Divulgação de gastos reconhecidos em ativos das empresas AMBEV S.A e RAIZEN ENERG	76
Quadro 11 - Resumo da evidenciação de compromissos contratuais.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição do ativo imobilizado (mil reais)	54
Tabela 2 - Análise percentual por subgrupo.....	56
Tabela 3 - Resumo geral das evidenciações.....	79
Tabela 4 - Pontuação das empresas por categoria de Informação	80
Tabela 5 - Pontuação geral por empresa	82

LISTA DE SIGLAS

Abrasca	Associação Brasileira das Companhias Abertas
ANC	Ativo Não Circulante
Apimec	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
AT	Ativo Total
Bovespa	Bolsa de valores do estado de São Paulo
BR GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles in the Brazil</i> / Princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CP	Capital Próprio
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRC/RS	Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul
CVM	Comissão e Valores Mobiliários
Fipecafi	Federação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IAS	<i>International Accounting Standard</i> / Normas Internacionais de Contabilidade
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i> / Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade
Ibracon	Instituto Brasileiro de Contadores
IFRS	<i>International Financial Reporting Standard</i> / Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros
RFB	Receita Federal do Brasil
RTT	Regime Tributário de Transição

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	13
1.2	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.3	OBJETIVOS	18
1.3.1	Objetivo geral	18
1.3.2	Objetivos específicos	18
1.4	METODOLOGIA	19
1.4.1	População e amostra	20
1.4.2	Procedimentos de coleta e análise dos dados	21
1.4.3	Estrutura do estudo	22
2	HARMONIZAÇÃO CONTÁBIL	24
2.1	OBJETIVO DO PADRÃO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE	25
2.2	VANTAGENS DA IMPLEMENTAÇÃO DO IFRS	25
2.2.1	Aplicação do IFRS no Brasil	26
3	IMOBILIZADO	29
3.1	RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO	30
3.1.1	Estudo de caso	31
3.2	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	32
3.2.1	Redução ao valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	32
3.3	DEPRECIAÇÃO	34
3.3.1	Métodos de depreciação	35
3.4	ARRENDAMENTO MERCANTIL	36
4	INFORMAÇÃO CONTÁBIL	38
4.1	TEORIA DA EVIDENCIAÇÃO (<i>DISCLOSURE</i>)	39
4.2	USUÁRIOS DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	40
4.3	CARACTERÍSTICAS DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	40
4.4	FORMAS DE EVIDENCIAÇÃO	42
4.4.1	Evidenciação compulsória e evidenciação voluntária	43
4.5	NOTAS EXPLICATIVAS	44

4.5.1	Evidenciação de ativos imobilizados	46
4.6	GOVERNANÇA CORPORATIVA, TRANSPARÊNCIA E EVIDENCIAÇÃO	47
5	ANÁLISE DE CONTEÚDO – EVIDENCIAÇÃO DO IMOBILIZADO	50
5.1	PERFIL DAS EMPRESAS.....	50
5.1.1	Setor econômico	50
5.1.2	Segmento de governança corporativa	51
5.1.3	Faturamento	52
5.2	COMPOSIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO.....	54
5.2.1	Índices de Imobilização	57
5.3	ANÁLISE DOS DADOS DIVULGADOS PELAS EMPRESAS SELECIONADAS	59
5.3.1	Critérios de mensuração do ativo imobilizado	61
5.3.2	Métodos de depreciação	64
5.3.3	Vida útil ou taxas de depreciação.....	66
5.3.4	Valor contábil bruto, depreciação acumulada e conciliação do valor contábil	69
5.3.5	Ativos com titularidade restrita	71
5.3.6	Gastos reconhecidos em ativos imobilizados durante a construção	74
5.3.7	Compromissos contratuais na aquisição de ativos.....	77
5.4	ANÁLISE DA ADERÊNCIA AO CPC 27 NA DIVULGAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS.....	78
6	CONCLUSÃO	84
	REFERÊNCIAS.....	87
	ANEXO A.....	93
	APÊNDICE A	96
	APÊNDICE B	97

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

O processo de globalização trouxe consigo reflexos da economia mundial para a contabilidade e, a partir desta evolução, emerge a necessidade de uma contabilidade clara, que possa ser compreendida por todos que dela necessitem.

A esse respeito, Shimidt, Santos e Fernandes (2010, p. 1) comentam que “o processo de globalização dos mercados trouxe à tona a necessidade de harmonização contábil em todo o mundo, pois os investidores, de forma geral, são atraídos para mercados que conhecem e nos quais confiam”.

Não obstante, Mapurunga, Meneses e Peter (2011) afirmam que a convergência das normas internacionais de contabilidade é uma consequência da atual economia mundial, frente à internacionalização dos mercados e avanços das tecnologias de informação.

A partir da promulgação das Leis 11.638/07 e 11.941/09, que alteraram e revogaram dispositivos da Lei 6.404/76, o Brasil passa a adotar os Padrões Internacionais de Contabilidade, mais conhecidas por IFRS (International Financial Reporting Standard).

Essas leis inseriram novos e importantes conceitos do direito societário, alinhando também a normatização brasileira às legislações dos Estados Unidos e de países da Europa, o que ocasiona uma movimentação na comunidade contábil, trazendo mudanças e impactos nas empresas através de pronunciamentos técnicos.

No Brasil, coube ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a responsabilidade de emitir pronunciamentos contábeis de acordo com o IFRS. Cada documento emitido pelo CPC corresponde a uma norma internacional de contabilidade (IAS – International Accounting Standard) emitida pelo IASB (International Accounting Standards Board).

O processo de convergência vislumbra unificar a linguagem contábil que passa a ser muito mais baseada na interpretação dos pronunciamentos do CPC do que na aplicação de regras nacionais (BR GAAP). (ANTUNES *et al.*, 2011)

Palácios (apud BANKER, 2011) comenta que a regra faz com que os contadores reflitam cada vez mais, mostrando, de forma transparente, a realidade da companhia, sendo assim, os profissionais da contabilidade passam a ter mais

oportunidades dentro das empresas e, assim, uma maior valorização de toda a área no País.

No Brasil, o IFRS tornou-se obrigatório para as sociedades anônimas de capital aberto no ano de 2010, através da Instrução CVM 457, de julho de 2007, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que é o órgão regulador das empresas que negociam ações na Bolsa de Valores.

A partir daí, “o Brasil insere-se, definitivamente, no contexto de uma contabilidade globalizada voltada, também, para os interesses dos usuários originados do mercado financeiro”. (OLIVEIRA; LEMES, 2011).

Com base nas mudanças trazidas pelas Leis comentadas, o presente trabalho busca esclarecer se as empresas da amostra estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade e com seus pronunciamentos técnicos; e se estão evidenciando em notas explicativas tudo o que a legislação prevê.

O estudo das normas de IFRS se mostra oportuno, pois, ao observar a Instrução 457 da CVM que dispõe que, a partir do exercício findo em 2010, as companhias brasileiras de capital aberto devem apresentar suas demonstrações financeiras consolidadas, adotando o padrão contábil internacional, seguindo os pronunciamentos emitidos pelo IASB e pelo CPC, a fim de que qualquer investidor entenda e possa ter o mesmo grau de comparabilidade das empresas de todo o mundo, realizando assim uma análise mais segura para a tomada de decisão.

Sendo assim, o estudo se mostra importante para a sociedade e academia, pois o IFRS é uma tendência global, e é dever dos profissionais da área da contabilidade entender os pronunciamentos emitidos pelo CPC, para cobrar das empresas que os pratiquem.

O IFRS, além de ter se tornado obrigatório em 2010 para as empresas de capital aberto, é importante para todas as demais empresas, pois, como comentado anteriormente, a expectativa é que o mundo todo o adote, por se tratar de uma tendência global, justificando assim a importância para a abordagem desse tema.

Nesse sentido, Andrade (apud SCHMIDT; SANTOS; FERNANDES, 2010) alega que a harmonização tende a abrir o mercado brasileiro aos investidores internacionais, além de tornar o mercado de capitais e o sistema financeiro brasileiro mais transparente para as agências internacionais, melhorando assim a imagem do Brasil com os órgãos internacionais, além de reduzir riscos ao País.

Além disso, as notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras, e as mesmas contêm informações adicionais visando complementar esclarecimentos aos usuários, o que torna o estudo das novas práticas aplicadas às notas explicativas um importante assunto a ser pesquisado, já que o mundo caminha para um processo de transparência, que exige das empresas a divulgação dessas informações cada vez mais claras.

1.2 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Conforme Silva (2006), o tema é o assunto escolhido sobre o qual se fará o trabalho, ou seja, o assunto que se deseja estudar e se aprofundar. Já o problema seriam os fatos que ainda não possuem explicação ou resposta; por isso são objetos de discussão. Para Fachin (2003, p. 109): “Entende-se por problema uma questão sem solução, objeto de discussão e de muito estudo.”

A adoção das normas internacionais de contabilidade trouxe como obrigatório o critério de avaliação de ativos pelo seu valor recuperável, no qual os bens não devem ser registrados contabilmente por um valor superior ao passível de ser recuperado no seu tempo, por uso ou por venda.

Conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, Pronunciamento Técnico CPC 27 p.15:

Para determinar se um item do ativo imobilizado está com parte de seu valor irre recuperável, a entidade aplica o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Esse Pronunciamento determina como a entidade deve revisar o valor contábil de seus ativos, como determinar o seu valor recuperável e quando reconhecer ou reverter perda por redução ao valor recuperável.

Determinou também que a depreciação deve ser efetuada com base na vida útil econômica dos bens, isso pode ser evidenciado conforme Comitê de Pronunciamentos Contábeis, Pronunciamento Técnico CPC 27 p.15:

O valor depreciável de um ativo deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

Vida útil é:

- (a) o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo; ou
- (b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

Na opinião de Palácios (apud BANKER, 2011), a avaliação dos bens é uma modificação importante da lei, além da obrigatoriedade das notas explicativas, que devem detalhar e esclarecer cada operação. Afirma ainda que as depreciações dos bens devem ser feitas de acordo com a vida efetiva útil que eles realmente têm dentro da empresa, e não pelas taxas impostas pela legislação.

Segundo Raupp e Beuren (2009), o valor econômico dos itens do ativo imobilizado tem sido equiparado ao seu fair value (valor justo), pois representa o valor presente dos benefícios líquidos futuros decorrentes de seu uso.

O CPC que descreve as alterações no ativo imobilizado é o CPC 27, que mantém a previsão contida no IAS (International Accounting Standard / Normas Internacionais de Contabilidade) 16. O conceito de redução ao valor recuperável de ativos, objeto do Pronunciamento CPC 01, interage diretamente com o CPC 27.

Outra grande mudança trazida pelas Normas Internacionais de Contabilidade é que permitiu-se que sejam registrados no ativo imobilizado bens que ainda não estão registrados em nome da empresa, mas que ela detenha o controle, os benefícios e riscos deste bem.

Segundo Ludícibus *et al.* (2010), a partir daí mudou o conceito de ativo imobilizado, ao admitir que estejam registrados, nesse grupo, bens que, mesmo não sendo de propriedade jurídica da empresa, estão sob seu controle, sendo dessa empresa os benefícios e os riscos advindos de seu controle.

O exemplo mais claro é o arrendamento mercantil, que antes das IFRS era tratado na contabilidade como aluguel, e hoje é registrado no ativo imobilizado.

Ludícibus *et al.* (2010) ressaltam ainda que essa foi a abertura que passou a permitir a figura da Prevalência da Essência sob a Forma, conceito fundamental para uma boa Contabilidade.

Sendo assim, esta pesquisa consiste em analisar as mudanças referentes às Notas Explicativas, que passaram a ser ainda mais representativas, pois trazem informações que não podem ser evidenciadas nas demais demonstrações contábeis. Com isso, optou-se por aprofundar o que diz respeito ao ativo imobilizado, um ativo de grande representatividade e impacto nas demonstrações contábeis e que deve estar evidenciado de acordo com a Deliberação CVM 583, de 31 de julho de 2009.

Com base neste tema, o foco da pesquisa é a evidenciação em notas explicativas sobre o ativo imobilizado, a fim de identificar sua aderência pelas empresas da amostra.

Não foi abordada a contabilização de tais fatos contábeis, nem a conferência dos cálculos constantes nas demonstrações.

A escolha do tema vem de encontro à aplicação dos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), que é complexa e exige um maior esforço das empresas e dos profissionais que atuam na área contábil e financeira, o que reserva importantes desafios para os próximos anos, pois tais mudanças afetam praticamente todas as áreas da empresa, inclusive os processos e sistemas de informação.

Isso pode ser evidenciado conforme afirmação de Sergio Ricardo Romani, sócio-líder de Auditoria da Ernst & Young Terco: “A convergência para as normas internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards) tem exigido dedicação e esforço constantes de todas as partes envolvidas no processo, entre contadores, auditores e órgãos reguladores.” (FIPECAFI; ERNST, YOUNG, 2012, p. 2).

Como as mudanças são recentes e o Brasil ainda está em processo de convergência, “as inovações trazidas por essa nova lei também causaram muita inquietação, especialmente para contadores, gestores, auditores e para o mercado de capitais, importante usuário da informação contábil divulgada”. (ANTUNES *et al.*, 2011, p. 6).

As mudanças trazidas pela adoção dos pronunciamentos do IFRS no Brasil trazem o contador para um papel mais importante dentro das organizações, pois agora a contabilidade passa a ser mais clara e de mais fácil entendimento, evidenciando a real situação da empresa, e o contador passa a exercer muito mais a sua capacidade de julgamento, tendo assim valorização da profissão no País.

Alinhado a isso, Antunes *et al.* afirmam:

Foram trazidas inovações tanto para as demonstrações contábeis quanto para as práticas contábeis, visto que essas normas são baseadas muito mais em princípios do que em regras (SAIKI e ANTUNES, 2010). Conseqüentemente, esta nova abordagem traz impactos substanciais para a profissão contábil, visto que o contador passa a exercer muito mais sua capacidade de julgamento do que no passado recente, com reflexões positivas sobre o status da profissão no Brasil. (2011, p. 6).

A motivação em trabalhar sobre este tema vem de encontro com o conjunto de recentes mudanças trazidas diante da obrigatoriedade de adoção ao IFRS, quando surge a necessidade do correto entendimento das normas publicadas pelo IASB, que ainda causam muitas dúvidas entre os profissionais da área.

Através disso, busca-se analisar se as empresas que negociam suas ações na bolsa seguem os procedimentos conforme Deliberação CVM 583/09, que aprova a adoção do CPC 27 e CPC 01, no ativo imobilizado, no que se refere a sua divulgação de informações através de análise em notas explicativas.

Por ser um assunto muito amplo, a pesquisa é aprofundada no ativo imobilizado, com base no pronunciamento CPC 27, através de análise sobre sua aderência pelas sociedades anônimas, conforme aprovado pela Deliberação CVM 583/09.

Com base na delimitação do tema de pesquisa proposto, a questão de pesquisa para o estudo é: Qual o grau de aderência ao CPC 27 das empresas que abriram seu capital no ano de 2013, no Brasil?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Para Richardson (1999), objetivo geral é o que se pretende com a realização da pesquisa.

Com base no tema e problema proposto, o objetivo desta pesquisa é verificar o grau de aderência ao CPC 27, das empresas listadas na BM&FBOVESPA, no ano de 2013.

1.3.2 Objetivos específicos

Segundo Richardson (1999), objetivos específicos são as etapas a serem feitas, a fim de alcançar o objetivo geral.

Para o objetivo citado, as etapas seguidas foram as seguintes:

- a) estudar a composição do Ativo Imobilizado através do Balanço Patrimonial das empresas selecionadas;
- b) verificar o que está sendo divulgado pelas empresas referente ao Ativo Imobilizado, através da análise das Notas Explicativas;
- c) analisar o grau de aderência ao CPC 27 – Ativo Imobilizado, quanto a sua divulgação em Notas Explicativas pelas empresas que compõem a amostra.

1.4 METODOLOGIA

Segundo Silva (2006), metodologia é o estudo do método para se buscar determinado conhecimento.

O método de pesquisa é uma ferramenta que proporciona ao pesquisador orientação para melhor planejar e organizar uma pesquisa, ou seja, o caminho a ser percorrido para se realizar uma pesquisa ou um estudo ou, ainda, as atividades práticas para a aquisição de dados com os quais se desenvolverá o trabalho.

Fachin (2003, p. 27) resume que método de pesquisa “é a escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação do estudo”.

O método para a pesquisa em questão é o método dedutivo, em que de duas proposições necessariamente surge uma conclusão (FACHIN; ODÍLIA, 2003), ou seja, parte de um contexto geral para uma particularidade. A partir disso é feito um estudo para analisar o nível de adoção às orientações contidas na Deliberação CVM 583/09 (Aprovação do CPC 27 – Ativo Imobilizado).

Quanto aos objetivos, o método de pesquisa a ser utilizado foi a pesquisa descritiva, em que Gil (2010) destaca que a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Quanto aos procedimentos, o método de pesquisa utilizado foi a pesquisa documental, onde foram analisadas as notas explicativas publicadas no *website* da BM&FBOVESPA das sociedades anônimas que entraram no mercado de ações em 2013.

Segundo Gil (2010), a pesquisa documental pode ser classificada em dois principais tipos: de primeira mão e de segunda mão; define os documentos de primeira mão como os que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc. Os documentos de segunda mão são os que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, entre outros.

“Considera-se documento qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais em papel/madeira/pedra, gravações, pintura, instruções e outros.” (FACHIN, 2003, p. 125).

Quanto à abordagem do problema foi por uma abordagem qualitativa e quantitativa, em que se fazem análises com indicadores e gráficos e aprofunda-se em relação ao assunto que está sendo estudado, visando destacar características não observadas por meio de um estudo somente quantitativo.

Richardson (1999) menciona que os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema; analisar a interação de certas variáveis; compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Ressalta também que podem contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Sobre a abordagem quantitativa, Richardson (1999) afirma que a mesma caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, dentre outros.

1.4.1 População e amostra

A população, ou também conhecida como universo da pesquisa, são as sociedades que abriram seu capital no ano de 2013, no Brasil, conforme consulta feita ao *website* BM&FBOVESPA, no dia 6 de abril de 2014.

A esse respeito, Silva (2006) indica que universo da pesquisa, ou população é um conjunto de seres que apresentam no mínimo uma característica em comum.

Sendo assim, a amostra para esta pesquisa são as 17 (dezessete) sociedades de capital aberto que iniciaram a negociação de ações na BM&FBOVESPA, no ano de 2013, as quais estão listadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Empresas da amostra

Razão Social	Nome de Pregão
ALTUS SISTEMA DE AUTOMAÇÃO S.A.	ALTUS S/A
AMBEV S.A.	AMBEV S/A
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.	BBSEGURIDADE
BPMB I PARTICIPAÇÕES S.A.	BPMB I PART
CIA ÁGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL	CABAMBIENTAL
CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A.	CVC BRASIL
GAEC EDUCAÇÃO S.A.	ANIMA
JP PARTICIPACOES S.A.	LFPARTICIP
LINX S.A.	LINX
OURO VERDE LOCACAO E SERVICO S.A.	OURO VERDE
QUALITY SOFTWARE S.A.	QUALITY SOFT
RAIZEN ENERGIA S.A.	RAIZEN ENERG
RODOVIAS DAS COLINAS S.A.	ROD COLINAS
SER EDUCACIONAL S.A.	SER EDUCA
SMILES S.A.	SMILES
TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.	TERM. PE III
TRIÂNGULO DO SOL AUTO-ESTRADAS S.A.	TRIANGULOSOL

Fonte: elaborado pela autora

Dentre as empresas apresentadas no Quadro 1, não foi possível analisar as notas explicativas da empresa RODOVIAS DAS COLINAS S.A., BPMB I PARTICIPAÇÕES S.A.; TRIANGULO DO SOL AUTO-ESTRADAS S.A. ESTRADAS e BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A. não possuem ativos imobilizados em seus balanços patrimoniais; por esse motivo, não apresentaram divulgações sobre tal e, sendo assim, foram excluídas da amostra, perfazendo um total de 13 (treze) empresas a serem analisadas.

1.4.2 Procedimentos de coleta e análise dos dados

Os dados foram coletados em normas, leis, pronunciamentos do CPC, livros, artigos, periódicos acerca do tema da pesquisa, a fim de ter embasamento para a pesquisa escolhida, buscando sempre responder à questão pela qual a pesquisa está sendo elaborada.

Para o desenvolvimento da pesquisa documental, os dados foram coletados no website da BM&FBOVESPA, através da listagem de empresas que ingressaram no mercado de ações no ano de 2013. Por meio das Demonstrações Financeiras Padronizadas, buscou-se o Balanço Patrimonial e as Notas Explicativas, que são

parte integrada das demonstrações contábeis.

Foram utilizados dados secundários, ou também conhecidos como documentos de segunda-mão.

Segundo Gil (2010), os documentos de segunda-mão são os que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, entre outros.

Foi elaborada análise de conteúdo das notas explicativas quanto aos 8 (oito) itens obrigatórios de divulgação, conforme aborda o CPC 27 referente ao ativo imobilizado; na análise, os dados coletados foram classificados como Completos (C), Incompletos (I) ou Ausentes (A), sendo que, para compor a aderência por empresa, a cada característica foi atribuído um peso, sendo Completo = 3 pontos, Incompleto = 2 pontos, e Ausente = 1 ponto, alinhado assim os objetivos e a questão de pesquisa, evidenciando os resultados obtidos e utilizando tabelas e gráficos em Excel.

1.4.3 Estrutura do estudo

No primeiro capítulo, é apresentada uma contextualização do tema, bem como os objetivos, a questão de pesquisa e a metodologia.

No segundo capítulo, é apresentada a contextualização do ambiente em que vivemos; são apresentadas as alterações com a promulgação das Leis 11.638 e 11.949, no cenário contábil. Este capítulo tem o objetivo de inserir o leitor no ambiente atual.

No terceiro capítulo, é apresentado o embasamento teórico para a pesquisa, é abordado o imobilizado, bem como seus critérios de enquadramento, mensuração, avaliação e depreciação, tudo isso de acordo com as normas vigentes. O objetivo desse capítulo é demonstrar o embasamento para a sustentação desta pesquisa.

No quarto capítulo, é apresentada a evidenciação contábil, em função do estudo ser baseado na mais tradicional e conhecida forma de evidenciação, as notas explicativas. Esse capítulo tem como objetivo proporcionar ao leitor um completo entendimento sobre todos os assuntos que serão abordados, e de total relevância para o entendimento da análise documental que será realizada.

No quinto capítulo, é apresentada a análise dos dados coletados e os resultados obtidos com a pesquisa.

No final, no sexto capítulo, atinge-se o objetivo principal da pesquisa, ou seja,

o nível de aderência ao CPC 27, aprovado pela Deliberação CVM 583/07, sobre sua divulgação em notas explicativas.

2 HARMONIZAÇÃO CONTÁBIL

Segundo Mapurunga, Meneses e Peter (2011), “a convergência das normas internacionais de contabilidade é uma consequência irreversível na atual conjuntura econômica mundial”. Comentam ainda que a contabilidade é a linguagem universal dos negócios, pois produz informações que servem de apoio às tomadas de decisão e que, em virtude de ser uma ciência social, deve adaptar-se ao ambiente em que atua, ou seja, diante das transformações ocorridas nas áreas do conhecimento com as quais interage – Direito, Economia, Finanças, dentre outras –, deve atualizar-se constantemente, evitando ficar atrelada a princípios e regras impostas no passado.

No que descreve Weffort (2005, p. 63): “Em sentido amplo, a harmonização contábil abrange as normas e práticas de reconhecimento, mensuração e evidenciação.” Ou seja, a convergência será completa, envolvendo todas as etapas para reconhecimento na contabilidade.

Weffort (2005) destaca ainda que convergência compreende todos os esforços despendidos pelo país, visando direcionar-se aos padrões globais de contabilidade, ou seja, diminuir as divergências contábeis e facilitar a comunicação dos relatórios financeiros, permitindo a comparabilidade e a compreensibilidade das informações.

Para Mapurunga, Meneses e Peter (2011), “a internacionalização dos mercados impõe a criação de condições para que haja uma convergência entre os procedimentos contábeis adotados nos diversos países e aqueles aceitos e praticados internacionalmente”.

Para isso foi criado, em 2005, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que, segundo Coelho e Lins (2010), é o órgão idealizador de normas e procedimentos formado a partir da união de esforços das principais entidades nacionais que versavam sobre assuntos contábeis, que são: Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec); Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (Bovespa); Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Federação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi); e Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon).

Além dos membros efetivos, também são convidados a participar das reuniões e decisões os seguintes órgãos: Banco Central do Brasil; Comissão de Valores

Mobiliários (CVM); Secretaria da Receita Federal e Superintendência de Seguros Privados.

Ainda segundo Coelho e Lins (2010, p.15), “o objetivo básico do CPC é emitir pronunciamentos a fim de harmonizar os procedimentos contábeis do país ao restante do planeta”.

Diante do exposto, a harmonização e a utilização das demonstrações contábeis são de suma importância, principalmente devido ao poder de comparação dessas informações, principalmente no processo decisório no mercado de capitais; sendo assim, o que se observa é que a contabilidade é a linguagem universal dos negócios.

2.1 OBJETIVO DO PADRÃO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE

O IFRS traz novos conceitos, privilegiando a transparência e atualização dos valores contábeis registrados nas demonstrações financeiras, impactando na apuração dos valores a contabilizar.

De acordo com KPMG (2008), um dos principais objetivos das normas internacionais de contabilidade é adequar a matéria contábil do país à nova realidade mundial, atingindo maior transparência e comparabilidade no relatório financeiro e, com isso, obter as melhores informações para os acionistas.

Segundo Braga e Almeida (2008), a Lei 11.638/07 introduz importantes modificações nas regras contábeis brasileiras, sendo o seu principal objetivo a convergência aos pronunciamentos internacionais de contabilidade, em especial, os emitidos pelo IASB, através dos IFRS e dos IAS.

Não obstante, Mapurunga, Meneses e Peter (2011) comentam que o processo de convergência visa reduzir as divergências contábeis entre os países.

Sendo assim, o objetivo do IFRS é que as empresas elaborem seus relatórios financeiros de forma padronizada, para que sejam interpretados da mesma forma em qualquer parte do mundo, a fim de uma correta análise e poder de comparação com empresas do mundo todo, além de auxiliar nas tomadas de decisão de investidores do mundo todo.

2.2 VANTAGENS DA IMPLEMENTAÇÃO DO IFRS

O IFRS tem diversos pontos positivos, conforme cita Niyama (2005):

- para países que não têm uma estrutura legal nem órgãos reguladores eficientes, torna-se mais fácil a adoção de normas internacionais, pois nestes casos os ajustes são significativamente menores, portanto, uma vantagem;
- a busca de recursos de investidores estrangeiros, já que as demonstrações passam a ter uma margem de segurança razoável aos mesmos;
- para empresas multinacionais, com diversas controladas, a harmonização contábil permitirá uma melhora na consolidação e eliminação de custos para a gestão de sistemas contábeis.

Dessa forma, pode-se compreender que as vantagens da convergência contábil relacionam-se à redução de custo; à maior compreensão por parte de investidores, analistas de mercados, bancos e demais usuários das informações contábeis; à melhoria nos trabalhos da auditoria e de órgãos fiscalizadores nacionais; à maior facilidade na interpretação dos fatos contábeis, devido à transparência exigida pelo IFRS, bem como ao incremento na atuação dos profissionais contábeis, elevando a importância que passam a desempenhar, papel imprescindível no auxílio do processo decisório.

2.2.1 Aplicação do IFRS no Brasil

Com a publicação da Lei 11.638/07, da Medida Provisória 449/08 que se converteu na Lei 11.941/09, com a criação do CPC e da emissão de seus Pronunciamentos Técnicos, Interpretações Técnicas e Orientações, a contabilidade brasileira começa a caminhar ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, popularmente conhecida como IFRS.

Segundo Ludícubus *et al.* (2010), a contabilidade sempre foi muito influenciada pelos limites e critérios fiscais, particularmente, pela legislação do Imposto de Renda, limitando a evolução e dificultando a adoção prática de princípios contábeis adequados, já que a contabilidade era feita pela maioria das empresas, com base na legislação fiscal, a qual nem sempre se baseava em critérios corretos, mas, no final de 2007, a Receita Federal do Brasil (RFB) cria o chamado RTT (Regime Tributário de Transição), que possibilita alterações na contabilidade societária, sem que os aspectos tributários sejam descumpridos, facilitando assim a convergência internacional da contabilidade no Brasil.

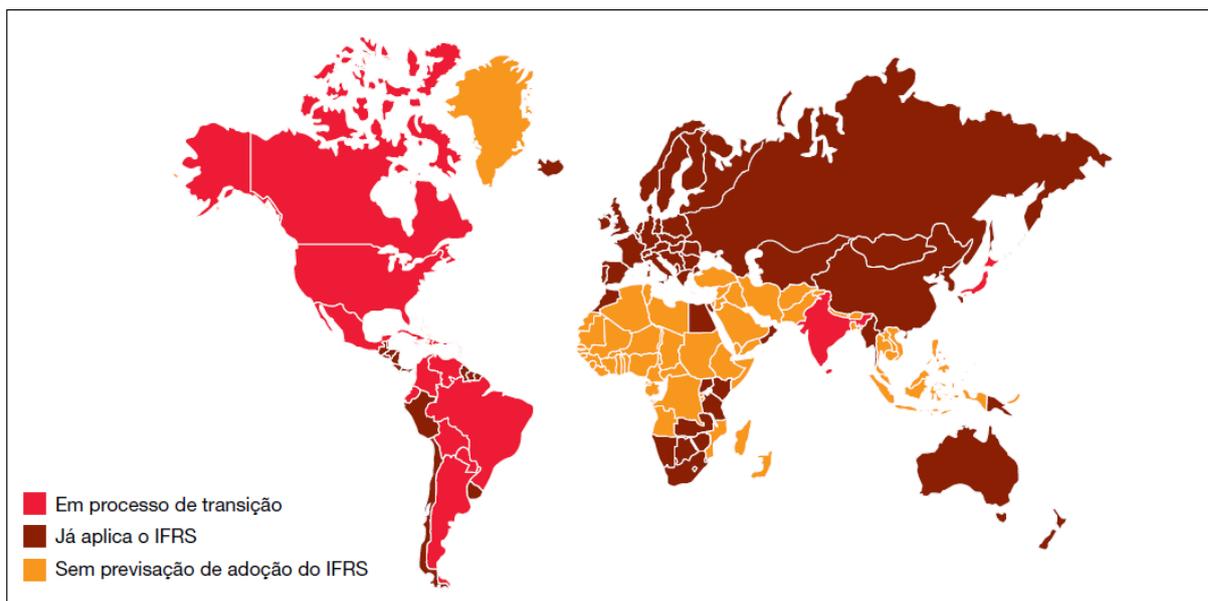
As normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo IASB estão sendo implementadas no Brasil pelo CPC, com a ajuda de órgãos reguladores brasileiros, com destaque para a CVM e para o CFC.

Segundo Ludícubus *et al.* (2010), as normas internacionais de contabilidade tem algumas regras básicas como:

- a) serem baseadas muito mais em princípios do que em regras;
- b) serem baseadas na prevalência da essência sob a forma;
- c) são muito mais importantes os conceitos de controle, de obtenção de benefícios e de inocorrência em riscos, do que a propriedade jurídica para registro de ativos, passivos, receitas e despesas;
- d) a contabilidade passa a ser de toda a empresa, não só do contador.

Como se pode ver na Figura 1, a adoção do IFRS no Brasil era inevitável, dado que o IFRS está se tornando a linguagem contábil oficial no mundo.

Figura 1- Aplicação do IFRS no mundo



Fonte: PricewaterhouseCoopers (2010, p. 7)

Segundo PricewaterhouseCoopers (2010), em alguns anos, os países que não adotarem o IFRS terão dificuldades para atuar em um ambiente globalizado.

Não obstante, Ludícubus *et al.* (2010) afirmam que um dos principais motivos para o Brasil adotar as normas internacionais de contabilidade é a crescente globalização, que faz com que os países interajam economicamente, criando a necessidade de demonstrações contábeis, que possam ser entendidas mundialmente e analisadas por interessados no Exterior.

Diante do exposto, a utilização das normas internacionais de contabilidade gera muitas oportunidades para o Brasil, visto que pode atrair investidores, além de facilitar as negociações, criando transparência nas demonstrações financeiras.

3 IMOBILIZADO

O Pronunciamento Técnico CPC 27 (2009) – ativo imobilizado, aprovado pela Deliberação CVM 583/09 e tornado obrigatório pela Resolução CFC 1.177/09, define o *imobilizado*, como sendo um ativo tangível que:

(a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e

(b) se espera utilizar por mais de um período.

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Ativo imobilizado nada mais é do que a “parcela do ativo que se compõe dos bens destinados ao uso e à manutenção das atividades da empresa, inclusive os de propriedade industrial ou comercial”. (IUDÍCIBUS, 2006, p. 207).

Segundo Almeida (2012), itens devem ser imobilizados sempre que for provável que os benefícios econômicos futuros sejam auferidos pela entidade, e o seu custo possa ser avaliado com segurança.

Já, Ribeiro (2013) conceitua ativo imobilizado como um grupo dentro do Ativo Não Circulante, em que devem ser classificados os bens de uso da empresa, em que, bens de uso da empresa seriam aqueles que são necessários para a empresa exercer as suas atividades para atingir os seus objetivos.

Não obstante, Padoveze (2009) afirma que “todos aqueles itens que são necessários para que a empresa desenvolva as atividades para que foi criada devem ser imobilizados”.

Conforme Iudícibus *et al.* (2010), subentende-se que no grupo de ativo imobilizado são incluídos todos os ativos tangíveis ou corpóreos de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da sociedade.

Sendo assim, o ativo imobilizado é composto pelo conjunto de bens necessários à manutenção das atividades da empresa, caracterizados por apresentar-se na forma tangível.

3.1 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

O objetivo do CPC 27 – ativo imobilizado é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações financeiras possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como em suas mutações.

Para Marion (2009), um item para ser determinado como imobilizado deve conter três características; concomitantemente, são elas:

- a) natureza relativamente permanente (vida útil longa);
- b) ser utilizado na operação dos negócios;
- c) não se destinar à venda.

Segundo Ludícibus *et al.* (2010), o imobilizado deve ter contas para cada classe principal do ativo, para o registro de seu custo. As depreciações acumuladas devem estar em contas à parte, mas classificadas como redução do ativo. As perdas estimadas por redução ao valor recuperável também devem ser registradas em contas à parte, reduzindo o ativo imobilizado da mesma forma que as depreciações.

No ponto de vista de Marion (2009), os itens que compõem o ativo imobilizado (tangível) devem ser classificados como:

- terrenos;
- edifícios;
- instalações;
- máquinas e equipamentos;
- móveis e utensílios;
- veículos;
- ferramentas;
- benfeitorias e propriedades arrendadas.

Através da Lei 11.638/07, foram excluídos do ativo imobilizado os bens de característica incorpórea, como, por exemplo, marcas e *software*. Marion (2009) comenta que os bens intangíveis são os que não podem ser tocados, e que hoje devem ser classificados em um grupo separado dentro do ativo intangível.

Sobre seu reconhecimento, o Pronunciamento Técnico 27 entende que o custo de um item de ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo, se for provável que futuros benefícios econômicos, associados ao item fluirão para a entidade e o custo do item puder ser mensurado confiavelmente.

Ou seja, o reconhecimento inicial é feito ao custo, que, segundo Almeida (2012), inclui todos os custos necessários para preparar o ativo para o seu uso pretendido.

Ludícibus *et al.* (2010) complementam que o reconhecimento dos custos no valor contábil de um item do ativo imobilizado deve parar no momento em que esse item atinja as condições operacionais pretendidas.

No que se refere à mensuração, o CPC 27 aborda:

Após o reconhecimento como ativo, um item do ativo imobilizado deve ser apresentado ao custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas (Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

Isso significa que os elementos do ativo imobilizado deverão ser avaliados pelo custo de aquisição, e apresentados deduzidos dos saldos das respectivas contas de depreciação, amortização e exaustão, sendo que o valor contábil de um ativo também pode estar deduzido das perdas estimadas por redução ao valor recuperável.

O CPC 27 destaca que inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle devem ser registrados como imobilizado, essa foi uma das mudanças trazidas pela Lei 11.638/07. Com isso, a empresa passa a imobilizar bens financiados por arrendamento mercantil, que anteriormente eram tratados como aluguel na contabilidade.

3.1.1 Estudo de caso

Ao se tratar de bens que serão construídos pela empresa, Ludícibus *et al.* (2010) afirmam que o custo deve incluir, além do custo dos materiais comprados, a mão de obra e seus encargos próprios ou de terceiros, e os custos diretos e indiretos relacionados com a construção.

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 20, a entidade deverá capitalizar os custos de empréstimo que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável, como parte do custo do ativo; se os custos de empréstimos, que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável, forem prováveis resultados de benefícios econômicos futuros para a entidade e também forem possíveis de serem mensurados com segurança, então eles deverão ser capitalizados como parte do custo ativo.

Segundo Ludícibus *et al.* (2010), “a entidade deve aplicar os mesmos princípios de mensuração de um ativo adquirido para determinar o custo de um ativo construído”.

Sendo assim, juros sobre empréstimos, que são captados para construção de ativos imobilizados, devem incluir o custo do ativo.

3.2 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 27, p. 3, o imobilizado pode ter o valor específico para a entidade, ou seja, o valor em uso, que “é o valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera (i) obter com o uso contínuo de um ativo e com a alienação ao final da sua vida útil, ou (ii) incorrer para a liquidação de um passivo”.

Segundo Braga e Almeida (2009), o conceito é que o valor contábil de um ativo imobilizado não pode estar registrado na contabilidade por um montante superior ao seu valor recuperável; caso ocorra, a entidade deve constituir uma provisão para perda por desvalorização.

A esse respeito, Ludícibus *et al.* (2010) afirmam que o valor recuperável de um ativo imobilizado é definido como o maior entre o valor líquido de venda e o valor em uso. Aí o valor líquido de venda é o valor a ser obtido pela venda do ativo, em uma transação de condições normais, deduzindo as despesas necessárias para que essa venda ocorra. Já o valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, ou seja, os benefícios econômicos futuros esperados do ativo decorrentes do seu emprego ou de uso nas operações da entidade.

Ou seja, o ativo imobilizado deve estar registrado na contabilidade pelo seu valor justo, que, de acordo com o CPC 27, “é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória”.

3.2.1 Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Segundo Almeida (2012), o objetivo do *impairment* é assegurar que o valor contábil líquido de um ativo ou grupo de ativos não seja superior ao seu valor recuperável, o qual é definido como o maior entre o valor líquido de venda e o valor em uso.

O pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos determina que, se os ativos estiverem avaliados por valor superior ao valor recuperável por meio do uso ou de venda, a entidade deverá reduzir esses ativos ao seu valor recuperável.

Coelho e Lins (2010) ressaltam que as empresas devem certificar-se de que os valores registrados em seus ativos retratam a realidade; para isso deve-se realizar o *impairment test*.

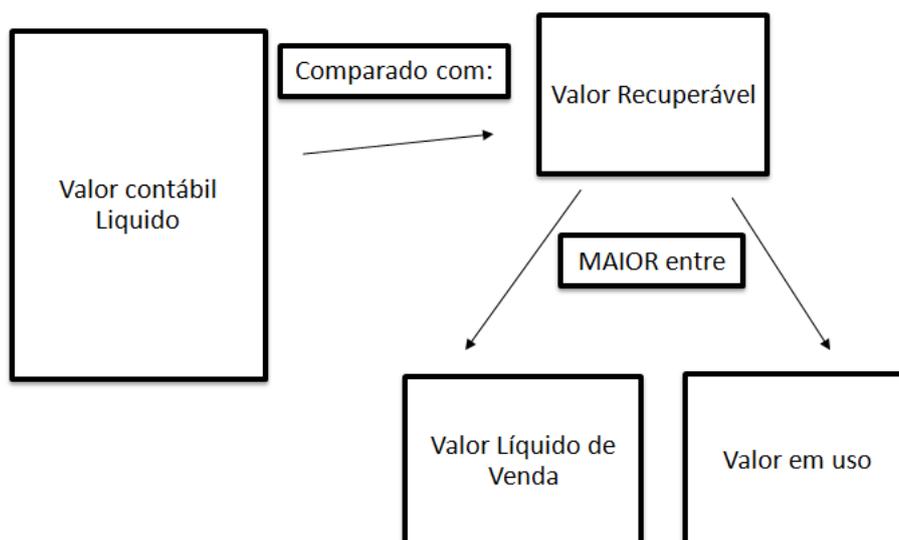
Segundo Braga e Almeida (2009), a empresa deve, pelo menos em cada fechamento de balanço, revisar a situação dos ativos permanentes, para detectar indícios de deterioração do seu valor.

Iudícibus *et al.* (2010) complementam que esse procedimento é feito a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado, quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam, ou ainda quando comprovado que poderão produzir resultados suficientes para a recuperação deste valor.

Conforme comentado anteriormente, o valor recuperável de um ativo imobilizado é definido como o maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso, e o teste de *impairment* consiste em verificar se o valor que está registrado na contabilidade é maior que o valor recuperável.

Para melhor entendimento foi elaborada uma figura.

Figura 2 - Teste de *Impairment*



Fonte: Baseado em Coelho e Lins (2010)

Ao realizar o teste de *impairment* deve-se verificar se o valor contábil líquido (valor do bem menos a depreciação acumulada) está registrado por um valor maior do que o valor recuperável, em que o valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda e o valor dos benefícios futuros. Se o valor contábil superar o valor recuperável, deve ser lançada na contabilidade uma provisão por perda de valor recuperável de ativos.

Coelho e Lins (2010) ressaltam que é importante notar que a definição de valor recuperável está ligada a dois outros conceitos. Ou seja, para saber o valor recuperável é preciso, anteriormente, calcular o valor em uso e identificar o valor líquido de venda.

3.3 DEPRECIAÇÃO

A depreciação que deve ser contabilizada, conforme a Lei das Sociedades por Ações, deve ser o valor que corresponde ao desgaste efetivo pelo uso ou pela perda de utilidade, ação da natureza ou obsolescência, e não pelas taxas impostas pela legislação. (SCHMIDT; SANTOS; GOMES, 2004).

Iudícibus *et al.* (2010, p. 251) comentam que “uma dificuldade associada ao cálculo da depreciação é a determinação do período de vida útil econômica do ativo imobilizado”.

O Pronunciamento Técnico CPC 27, p.14, lista os seguintes fatores como elementos que devem ser considerados na determinação da vida útil de um ativo:

- (a) uso esperado do ativo. O uso é avaliado com base na capacidade ou produção física esperadas do ativo;
- (b) desgaste físico normal esperado, que depende de fatores operacionais tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparos e manutenção e o cuidado e a manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- (c) obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de uma mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço derivado do ativo;
- (d) limites legais ou semelhantes no uso do ativo, tais como as datas de término dos contratos de arrendamento mercantil relativos ao ativo.

Segundo Marion (2009), a maior parte do ativo imobilizado tem vida útil limitada, ou seja, serão úteis à empresa por um conjunto de períodos finitos, também chamados de períodos contábeis. À medida que esses períodos forem decorrendo, se dá o

desgaste dos bens, que representam o custo a ser registrado.

Esse custo que incorre durante os períodos é popularmente conhecido como depreciação.

Para Ribeiro (2010), a depreciação é a diminuição parcelada de valor que sofrem os bens de uso da empresa, em decorrência do desgaste pelo uso, da ação da natureza e da obsolescência.

Segundo Coelho e Lins (2010), a depreciação de um ativo começa quando o item está em condições de operar na forma pretendida pela administração e cessa quando o ativo é baixado ou transferido.

Almeida descreve que:

cada componente de um item do imobilizado com custo relevante em relação ao custo total do item deve ser depreciado separadamente. O valor a ser depreciado corresponde ao custo do bem deduzido do seu valor residual. Valor residual é montante líquido a ser obtido pela empresa na venda só ativo no final da sua vida útil. (2012, p. 78).

Cada empresa deve registrar e contabilizar a depreciação pelo percentual adequado às condições de depreciação de seus bens. De acordo com Ribeiro (2013), o tempo de vida útil econômica dos bens varia tanto em relação ao uso quanto em relação à natureza dos bens.

3.3.1 Métodos de depreciação

O método de depreciação adotado deve refletir o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros. (Item 60 da NBC TG 27).

Ou seja, método de depreciação é a maneira como o bem será depreciado, e pode ser linearmente pelo método de horas trabalhadas, unidades produzidas, dentre outros.

Não obstante, Almeida (2012) define método de depreciação como “sistemática de alocação do custo do bem deduzido do seu valor residual ao longo da vida útil do ativo”. Aí o CPC 27 define vida útil como: (a) o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo; ou (b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

Ao abordar método de depreciação, Ribeiro ressalta:

O método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão de consumo previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança. Tal mudança deve ser registrada como mudança na estimativa contábil, de acordo com a NBC TG 23 (Item 61 da NBCTG 27). (2013, p. 261).

Ao tratar de métodos de depreciação, Ludícibus *et al.* (2010) destacam que os métodos mais tradicionalmente utilizados são:

a) método das quotas constantes: divide-se o valor depreciável pelo tempo de vida útil. Esse método é conhecido como Linear, e é aplicado pela maior parte das empresas;

b) método da soma dos dígitos dos anos: somam-se os algarismos que compõem o número de anos de vida útil do bem; a depreciação de cada ano é uma fração em que o denominador é a soma dos algarismos. Esse método proporciona quotas de depreciação maiores no início e menores no final da vida útil, permitindo maior uniformidade nos custos, já que os bens, quando novos, necessitam de pouca manutenção e reparos;

c) método de unidades produzidas: esse método é baseado na estimativa do número total de unidades que devem ser produzidas pelo bem a ser depreciado;

d) método de horas de trabalho: esse método baseia-se na estimativa de vida útil do bem, representada em horas de trabalho.

Ribeiro (2013) comenta que existem vários métodos de depreciação que podem ser aplicados, mas que o método linear é o mais utilizado devido a sua simplicidade.

Vários métodos podem ser utilizados para apropriar a despesas de depreciação, e cabe à entidade definir qual o método que se encaixa melhor com a finalidade dos benefícios econômicos futuros gerados pelo bem.

3.4 ARRENDAMENTO MERCANTIL

Segundo o Pronunciamento Contábil – CPC 27, as empresas devem divulgar a existência de bens imobilizados cuja titularidade é restrita:

[...] a existência e os valores contábeis de ativos cuja titularidade é restrita, como os ativos imobilizados formalmente ou na essência oferecidos como garantia de obrigações e os adquiridos mediante operação de leasing conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Operações de Arrendamento

Mercantil [...].

Com o objetivo de correlacionar as normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais, foi emitido o Pronunciamento Técnico CPC 06 – operações de Arrendamento Mercantil, aprovado e obrigatório para as companhias de capital aberto pela Deliberação 554/08.

Conforme o CPC 06, arrendamento mercantil ou leasing é um acordo pelo qual o arrendador transmite ao arrendatário, em troca de um pagamento ou série de pagamentos, o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado.

Um arrendamento pode ser classificado como financeiro ou operacional e, antes da Lei 11.638/07, ambos eram classificados como despesa na arrendatária; no momento do vencimento das prestações, nenhum ativo ou passivo era registrado, e o argumento era de que a mesma não possuía o bem, mas isso mudou através da Lei 11.638 que menciona que devem fazer parte do ativo imobilizado os bens que transfiram à companhia benefícios, riscos e controle desses bens.

4 INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A informação contábil está diretamente ligada com o propósito da pesquisa; por isso é necessário que seja utilizada uma base teórica sobre tal.

Segundo Marion (2009), a contabilidade é o instrumento que auxilia a administração a tomar decisões; ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para tomar decisões. Logo, a contabilidade é linguagem dos negócios; mede os resultados das empresas; avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para tomadas de decisão.

Seu objetivo é o controle do patrimônio das entidades e, com base nisso, gerar informações que expressem a realidade da empresa, que sejam relevantes aos diversos usuários e que cheguem às mãos dos administradores em tempo hábil para tomadas de decisão.

Isso pode ser evidenciado conforme Coelho e Lins:

No ambiente empresarial e dos negócios, diariamente, as empresas realizam operações das mais diversas no intuito de manter ativas as operações da organização. Sabe-se que cabe a contabilidade o registro de todas essas operações e sua finalidade básica é informar. Para que a informação atinja o seu objetivo de auxiliar os usuários em sua tomada de decisão, as informações prestadas pela contabilidade necessitam seguir pressupostos, normas e regras que permitam o entendimento, a comparação e a análise crítica, a fim de efetivamente servir de apoio a uma decisão mais acertada e minimizada em relação aos riscos. (2010, p. 98).

Para Hendriksem e Van Breda (1999, p. 89), “o principal objetivo da divulgação de informações financeiras é apoiar os acionistas e outros indivíduos para a tomada de decisão financeiras, ajudando-os a predizer os fluxos de caixa da empresa”.

Para Coelho e Lins (2010), a contabilidade se supre de demonstrativos, quadros e relatórios que procuram apresentar modelos sintéticos de apresentação da situação da empresa e dos resultados por ela obtidos, em um determinado período.

Analisando as informações expostas acima é possível observar que o objetivo da contabilidade permanece praticamente inalterado com o passar do tempo e que a informação contábil continua sendo uma ferramenta indispensável para tomadas de decisão.

4.1 TEORIA DA EVIDENCIAÇÃO (*DISCLOSURE*)

Segundo Gallon e Beuren (2006), o dinamismo do mercado de capitais em todo o mundo e o processo de divulgação das informações sobre a gestão aos usuários externos são fatores preponderantes para a sobrevivência das empresas. Ou seja, a evidenciação ou *disclosure* está ligada aos objetivos contábeis, que devem transmitir aos usuários a verdade dos fatos ocorridos.

Ludícibus (2010) destaca que o *disclosure* está ligado aos objetivos da contabilidade, ao garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários.

Sobre a divulgação das informações contábeis, Ponte e Oliveira (2004, p. 7) destacam que “as empresas podem adotar diferentes formas de evidenciação, mas devem fornecer informações em quantidade e qualidade que atendam às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis”.

Na percepção de Ludícibus (2010), a evidenciação não se trata de uma convenção, mas um capítulo especial de teoria da contabilidade.

Sobre a interpretação das demonstrações contábeis, Ludícibus (2010) ressalta que não se pode esperar que boas decisões de investimento possam ser feitas por um leitor com vagas noções de contabilidade e de negócios; a interpretação das demonstrações contábeis é tarefa dos *experts* em Contabilidade e Finanças, pois os relatórios contábeis não são capítulos de novelas empresariais que qualquer pessoa possa entender, mas o resumo de um processo, de “uma forma de pensar” da contabilidade, que é muito mais complexa do que possa parecer à primeira vista.

Em relação à quantidade de evidenciação, Ludícibus (1995) diz que toda a informação para o usuário precisa ser, ao mesmo tempo, adequada, justa pelo menos no que se refere ao detalhe que está sendo evidenciado; afinal, o sentido da evidenciação é que a informação que não for relevante deve ser omitida, a fim de tornar os demonstrativos contábeis significativos e possíveis de serem entendidos.

Assim, verifica-se que a evidenciação é um compromisso da contabilidade com seus usuários, e que segundo Ludícibus (2010) deve apresentar informações quantitativas e qualitativas de maneira ordenada, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário.

Sendo assim, a evidenciação está ligada aos usuários das demonstrações contábeis.

4.2 USUÁRIOS DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Conforme CPC 00 que trata a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil, os usuários da contabilidade podem ser classificados em dois grupos: internos – representados por empregados, gerentes, diretores, chefes de unidades produtivas, etc., e externos – representados por bancos, fornecedores, governo, sindicatos, acionistas, agências, investidores, institutos, instituições de ensino e estudantes, pessoas físicas, etc.

Não obstante, Ludícibus, Marion e Faria (2009, p. 39) ressaltam que os “relatórios devem atender às necessidades dos usuários externos (bancos, eventuais investidores etc.); e dos usuários internos a entidade (administradores, funcionários etc.)”.

Para Hendriksen e Van Breda (1999), os relatórios financeiros destinam-se aos acionistas, a outros investidores e a credores, sendo que funcionários, clientes, órgãos do governo e o público em geral são apenas usuários secundários das informações contábeis.

4.3 CARACTERÍSTICAS DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Para que a informação contábil seja útil, e sirva de apoio para tomadas de decisão, é necessário que ela contenha alguns aspectos qualitativos.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), informações úteis para essa finalidade tendem a possuir várias características, tais como relevância e confiabilidade, serem compreensíveis e permitirem comparações entre empresas.

Ludícibus *et. al.* (2010) ressaltam que as informações qualitativas são atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os diversos usuários; para ele as quatro principais características que as informações devem obrigatoriamente conter são: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

Conforme CPC 00, que trata Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, as características qualitativas são:

- *compreensibilidade*: as informações apresentadas nas demonstrações contábeis devem ser de fácil entendimento para seus diversos usuários;
- *relevância*: as informações são consideradas relevantes quando influenciarem as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar

o impacto de eventos passados, presentes ou futuros, confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores;

- *materialidade*: a relevância das informações é afetada pela sua natureza e materialidade. Em alguns casos, a natureza das informações por si é suficiente para determinar a sua relevância. Uma informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas demonstrações contábeis;
- *confiabilidade*: as informações devem ser confiáveis, ou seja, não devem apresentar erros ou vieses relevantes e representar adequadamente aquilo que se propõem a representar;
- *representação adequada*: as informações devem representar adequadamente as transações e outros eventos a que se propõe representar;
- *primazia da essência sobre a forma*: as transações e os eventos devem ser contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente por sua forma legal;
- *neutralidade*: a informação contida nas demonstrações contábeis deve ser neutra, isto é, imparcial;
- *prudência*: deve existir um certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados;
- *integridade*: a informação constante nas demonstrações contábeis deve ser completa, dentro dos limites de materialidade e custo;
- *comparabilidade*: as demonstrações contábeis devem ser comparáveis, tanto com relação aos exercícios anteriores como com relação a outras entidades, com a finalidade de identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho.

Conforme os itens relacionados acima, é possível afirmar que as informações precisam apresentar um equilíbrio em relação as suas características, de forma a serem úteis para os usuários, auxiliando em tomadas de decisão.

4.4 FORMAS DE EVIDENCIAÇÃO

No que se refere à divulgação, Hendriksen e Van Breda pressupõem que

as empresas divulgarão toda a informação necessária para o funcionamento apropriado dos mercados de capitais. Os defensores dessa posição argumentam que, se a informação não for divulgada, isso se deverá apenas ao fato de que já está disponível de alguma outra forma. O argumento se transfere, portanto, da informação fornecida pelos contadores por meio de dados financeiros a dados complementares. (1999, p. 516).

Iudícibus (2010), Hendriksen e Breda (1999) apresentam os seguintes métodos de evidenciação:

- a) forma e apresentação das demonstrações contábeis;
- b) informações entre parênteses;
- c) notas explicativas;
- d) quadros e demonstrações suplementares;
- e) parecer de auditoria; e
- f) relatório da diretoria.

Segundo Ponte e Oliveira (2004, p. 7), “as demonstrações, quadros suplementares e tabelas podem ser utilizados para detalhar e complementar as informações registradas nas demonstrações contábeis, e, geralmente, são incluídos nas Notas Explicativas ou em seção subsequente”.

As notas explicativas, na percepção de Umpierre (2010, p. 39), “têm uma importante função, pois resultam em uma divulgação mais extensa dos eventos e dados financeiros”.

Iudícibus, Marion e Faria (2009) ressaltam que notas explicativas, juntamente com os outros quadros analíticos, servem para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados financeiros.

Ponte e Oliveira (2004) complementam que o objetivo maior das Notas Explicativas é evidenciar a informação de impacto, que nem sempre pode ser facilmente identificada no corpo das demonstrações contábeis.

Sobre parecer da auditoria, Hendriksen e Van Breda (1999) destacam que o mesmo funciona como um método de:

- a) Um efeito significativo decorrente de uso de método contábeis distintos dos métodos geralmente aceitos.

- b) Um efeito significativo decorrente da substituição de um método contábil geralmente aceito por outro.
- c) Uma diferença de opinião entre os auditores e o cliente a respeito da aceitabilidade de um ou mais métodos contábeis utilizados nos relatórios.

No que se refere às formas de evidenciação, nota-se que são várias, e que dessa maneira seus usuários têm um controle sobre a situação da empresa.

4.4.1 Evidenciação compulsória e evidenciação voluntária

Segundo Ponte e Oliveira (2004), o principal método de evidenciação contábil contempla as demonstrações contábeis tradicionais, que interagem com outros métodos de evidenciação.

De acordo com a Lei 6.404/76 e suas alterações, no fim de cada exercício social, deve-se elaborar, com base na escrituração contábil, as demonstrações contábeis que expressem com clareza a situação do patrimônio da sociedade e as mutações ocorridas no período, compreendendo:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração do Resultado do Exercício;
- c) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- f) Demonstração do Valor Adicionado;
- g) Notas Explicativas;
- h) Relatório da Administração.

Essas demonstrações mencionadas acima são de caráter compulsório, ou seja, as empresas de capital aberto estão obrigadas a divulgá-las, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Informações voluntárias são aquelas que não se enquadram nas de caráter obrigatório, e que por opção podem ser divulgadas, a fim de fornecer maior esclarecimento aos usuários das demonstrações contábeis

A exemplo de divulgação voluntária, Hendriksen e Van Breda (1999) afirmam que à medida que as empresas passam a depender de capital estrangeiro, tendem a divulgar suas demonstrações financeiras de maneira mais apropriada aos mercados financeiros, nos quais pretendem captar recursos; passam a divulgar voluntariamente

mais informações, isso porque, em mercados como o dos Estados Unidos e do Reino Unido, a divulgação é regulamentada com bastante rigor.

4.5 NOTAS EXPLICATIVAS

Segundo Padoveze (2009 p. 119), “basicamente, o processo de evidenciação se consubstancia numa peça contábil denominada NOTAS EXPLICATIVAS”.

Para Coelho e Lins (2010), as notas explicativas, embora sejam são parte integrante das demonstrações contábeis, não se caracterizam como uma demonstração, sendo consideradas como um complemento na evidenciação das informações constantes nos demonstrativos contábeis.

As notas explicativas são as mais conhecidas e comentadas formas de evidenciação. Ludícibus (2010) comenta que, no Brasil, prevalece a ideia de que evidenciação é quase sinônimo de notas explicativas.

Ou seja, as notas explicativas contêm informações adicionais àquelas apresentadas nas demonstrações contábeis e, apesar de serem parte integrante das demonstrações contábeis, não seguem o mesmo contexto.

A publicação de notas explicativas está prevista no art. 176 da Lei das Sociedades por Ações, o qual estabelece que “as demonstrações contábeis serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”.

Não obstante, Ludícibus e Marion (1995) comentam que a Lei das Sociedades por Ações estabelece que as demonstrações serão complementadas por Notas Explicativas e por outros quadros analíticos necessários para o esclarecimento da situação patrimonial.

De acordo com a Lei 11.941/2009, que alterou o § 5º do art. 176 da Lei 6.404/76, as notas explicativas devem:

- I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;
- II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras;

III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e

IV – indicar:

- a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único);
- c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3o);
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
- g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1o); e
- i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

Ou seja, as notas explicativas fornecem descrições, narrativas e detalhes de itens apresentados nas demonstrações contábeis, a fim de que os usuários possam esclarecer possíveis dúvidas.

Na percepção de Ribeiro (2010), as notas explicativas são esclarecimentos que visam complementar as demonstrações financeiras e informar: os critérios utilizados pela empresa; a composição dos saldos de determinadas contas; o método de depreciação; os principais critérios de avaliações dos elementos patrimoniais, etc.

Para Coelho e Lins (2010), o objetivo básico das notas explicativas é explicar com detalhes: os métodos de cálculos utilizados na composição dos valores; os critérios adotados; os eventuais modelos e as fórmulas utilizadas e demais conceitos considerados e que facilitam o entendimento dos caminhos utilizados pela empresa, na composição dos demonstrativos contábeis.

Coelho e Lins (2010) ressaltam ainda que, devido ao cenário no qual a contabilidade vive hoje (internacionalização da contabilidade), em que a complexidade das operações aumentaram grandemente, pode-se perceber que a necessidade de explicação dos valores dos demonstrativos contábeis cresceu consideravelmente. Como exemplo, cita principalmente: o valor justo e a essência sobre a forma; o teste de recuperabilidade do custo (*impairment test*) dos ativos, que fazem aumentar ainda mais a importância das notas explicativas.

4.5.1 Evidenciação de ativos imobilizados

Com a aprovação da Lei 11.638/2007, tornou-se necessário o aumento significativo de divulgação de notas explicativas, com o objetivo de esclarecer os critérios utilizados na contabilização do ativo imobilizado, especificamente no que se refere ao reconhecimento dos ativos, bem como sua mensuração e forma de depreciação.

De acordo com as exigências do CPC 27 – Ativo Imobilizado (IAS 16), aprovado pela Deliberação da CVM 583/09 e pela Resolução CFC 1.777/09, as empresas devem divulgar para cada classe de ativo imobilizado:

- a) a base de mensuração utilizada para determinar o valor contábil bruto;
- b) o método de depreciação utilizado;
- c) a vida útil ou taxa de depreciação utilizada;
- d) o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (agregada das perdas acumuladas por *impairment*), no começo e no final do período;
- e) uma reconciliação do valor contábil do início do período ao final do período;
- f) a existência e a quantia das restrições sobre os ativos imobilizados decorrentes de garantia para passivos;
- g) o valor das despesas capitalizadas no custo dos ativos imobilizados no período da sua construção;
- h) o valor dos compromissos contratuais para aquisição de ativos imobilizados.

A seleção do método de depreciação e a estimativa da vida útil dos ativos são questões de julgamento; portanto, as empresas devem evidenciar os métodos adotados e as vidas úteis estimadas ou taxas de depreciação, a fim de fornecer aos usuários dos demonstrativos financeiros informações que lhes permitam revisar e comparar as políticas contábeis estabelecidas pelos gestores. Para isso, é necessário que as companhias divulguem: a) a depreciação, mostrando quando ela é reconhecida no resultado ou quando ela é capitalizada no custo de algum outro ativo ou produto no período; b) a depreciação acumulada no período.

O CPC 23 (IAS 8) requer que as companhias divulguem a natureza e a quantidade de mudanças de estimativa contábeis, que tenham efeito material no período corrente ou em períodos subsequentes. Para o ativo imobilizado, essa divulgação pode surgir de alterações em: a) valores residuais; b) custo estimado para desmantelamento, remoção ou restauração de itens do ativo imobilizado; c) vidas úteis; d) métodos de depreciação.

As empresas também são encorajadas a divulgar informações que os usuários dos demonstrativos financeiros podem julgar relevantes, tais como:

- a) o valor contábil de qualquer imobilizado que esteja temporariamente ocioso;
- b) o valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado que esteja totalmente depreciado, mas ainda em uso;
- c) o valor contábil do imobilizado retirado de uso, mas não classificado como mantido para venda;
- d) quando o modelo de custo é utilizado, o valor justo do imobilizado quando a diferença for material.

A divulgação deve contemplar ainda as perdas por desvalorização dos ativos, *impairment test*, ou a reversão dessas perdas contabilizadas em exercícios anteriores, políticas contábeis específicas adotadas pela empresa, aquisições através de arrendamento mercantil, restrições dadas por garantias, além de compromissos que podem ser advindos de determinadas aquisições.

4.6 GOVERNANÇA CORPORATIVA, TRANSPARÊNCIA E EVIDENCIAÇÃO

Segundo a CVM (2002), a Governança Corporativa é um conjunto de práticas que tem por objetivo otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital. A análise das práticas de governança corporativa, aplicada ao mercado de capitais, envolve, principalmente: transparência, tratamento igual aos acionistas e prestação de contas.

Não obstante, Nascimento e Reginato (2008) comentam que a governança corporativa é um conjunto de mecanismos que serve para monitoramento através de controles, a gestão e o desempenho das organizações, ou, ainda, pode ser definida como uma forma de esforço contínuo em alinhar os objetivos da alta administração aos interesses dos acionistas ou proprietários, por meio da adoção de práticas mais eficazes de monitoramento e controle.

A CVM salienta:

Para os investidores, a análise das práticas de governança auxilia na decisão de investimento, pois a governança determina o nível e as formas de atuação que estes podem ter na companhia, possibilitando-lhes exercer influência no desempenho da mesma. (2002, p.1).

Vergili (2004 apud NACIMENTO e REGINATO 2008, p. 38) afirma que práticas de governança corporativa e transparência são essenciais para que um país possa atrair investimentos estrangeiros.

O que se pode observar é que as companhias com um sistema de governança que proteja todos os seus investidores tendem a ser mais valorizadas, porque os investidores reconhecem que o retorno dos investimentos será usufruído igualmente por todos.

Nascimento e Reginato (2008) salientam que as práticas da governança corporativa buscam um fortalecimento do mercado acionário à medida que procuram minimizar os potenciais conflitos de interesse existentes entre os acionistas majoritários e os minoritários, entre os proprietários e os administradores; também, entre os demais agentes da empresa, tendo como objetivo principal a maximização do valor da organização e, conseqüentemente, maior retorno para os acionistas ou proprietários.

Para Ludícibus e Lopes (2012), os mecanismos de governança corporativa surgem como instrumentos para corrigir falhas existentes nos mercados, como o conflito de agência, que surge quando os agentes ligados à empresa possuem interesses contrastantes e, ao colocar seus interesses pessoais em primeiro lugar, acabam prejudicando o andamento da organização.

Em resumo, a governança corporativa tem como principal finalidade minimizar os problemas de agência entre os diversos atores da relação empresarial.

Lopes *et al.* (2010) comentam que especialistas dos mercados de capitais nacionais e internacionais defendem como princípios fundamentais da boa governança corporativa: transparência (*disclosure*), prestação de contas (*accountability*), equidade (*fairness*), cumprimento das leis (*compliance*).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa define:

- *Transparência*: mais que a obrigação de informar, é o desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. A adequada transparência resulta um clima de confiança, tanto internamente, quanto nas relações da empresa com terceiros. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem à criação de valor.

- *Equidade*: caracteriza-se pelo tratamento justo de todos os sócios e demais partes interessadas (*stakeholders*). Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são totalmente inaceitáveis.
- *Prestação de contas (accountability)*: os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões.
- *Responsabilidade corporativa*: os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando à sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e das operações.

Nesse sentido, Lopes *et al.* (2010) afirmam que o conceito de governança corporativa se traduz em sinônimo de boas práticas de gestão e de respeito e transparência no relacionamento das companhias com todos os seus acionistas e com as entidades do mercado de capitais, bem como com os clientes e a sociedade.

5 ANÁLISE DE CONTEÚDO – EVIDENCIAÇÃO DO IMOBILIZADO

Após a revisão bibliográfica, em que foi identificada a importância da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, detalhada a legislação vigente sobre o Ativo Imobilizado, bem como sua evidenciação em notas explicativas, este capítulo busca apresentar os resultados obtidos com a coleta de dados nas Notas Explicativas das empresas da amostra.

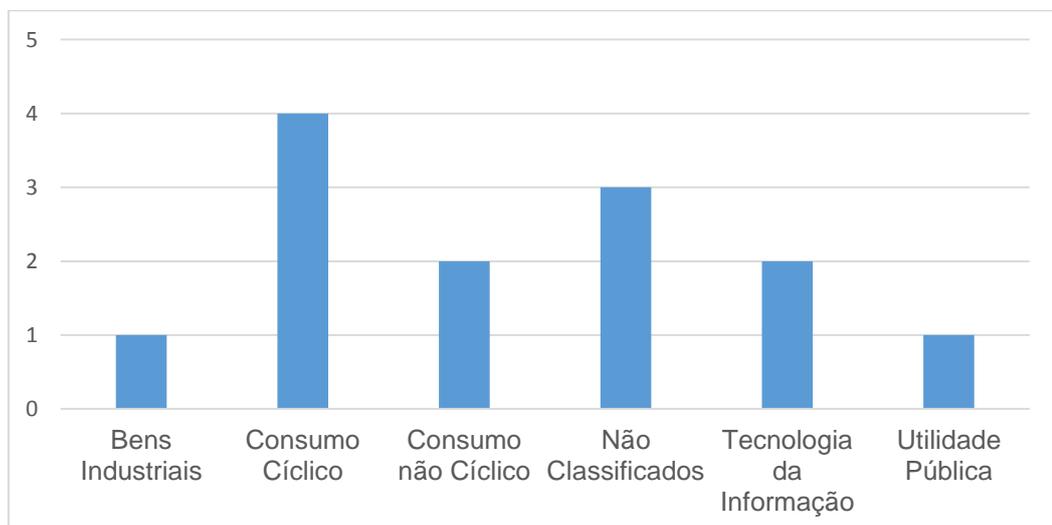
5.1 PERFIL DAS EMPRESAS

Conforme mencionado anteriormente, para compor a amostra, foram selecionadas as empresas listadas no *website* da BM&FBOVESPA, que abriram seu capital no ano de 2013 e devido à não existência de ativo imobilizado nas demonstrações contábeis; as empresas BB Seguridade e Participações, BPMB I Participações S.A., Rodovia das Colinas S.A. e Triângulo do Sol autoestradas S.A. foram retiradas da amostra, perfazendo, assim, um total de 13 (treze) que foram analisadas.

5.1.1 Setor econômico

As 13 (treze) empresas da amostra estão distribuídas em 6 (seis) setores econômicos apresentados pela BM&FBOVESPA, como mostra a Figura 3.

Figura 3 - Classificação setorial



Fonte: elaborado pela autora

A Figura 3 está apresentada por número de empresas para cada classe setorial; classificada como Bens Industriais está a empresa ALTUS S.A. que tem 25 anos de mercado, tendo como principal atividade a indústria e o comércio de equipamentos eletrônicos para automação comercial e da construção civil.

No setor de Consumo Cíclico, estão as empresas CVC BRASIL, SER EDUCA, ANIMA e SMILES, este grupo de empresas caracteriza-se por prestação de serviço nos setores de viagens, educação e fidelização; estas empresas foram constituídas entre 2002 e 2012, sendo que a mais antiga é a empresa SER EDUCA, constante no APÊNCIDE A.

As empresas AMBEV S.A. e RAIZEN ENERG. compõem o grupo do setor de Consumo não Cíclico; suas principais atividades são fabricação e distribuição de cervejas e refrigerantes; produção de açúcar, etanol e bioenergia, respectivamente. São empresas que estão no mercado há mais de 9 anos; sendo que AMBEV e RAIZEN estão há 14 anos.

No grupo de empresas que está no setor de Não Classificadas, estão: TERM. PE III, LFPARTICIP e OURO VERDE; é importante ressaltar que esta é a denominação que é apresentada pela BM&FBOVESPA. Porém, as principais atividades destas empresas são: geração de energia elétrica e infraestrutura correlata; participações em sociedades; locação de veículos e equipamentos, respectivamente. São empresas com tempo de constituição distintos, sendo a mais antiga a empresa OURO VERDE com 41 anos, TERM. PE III com 6 anos e a LFPARTICIP com 2 anos.

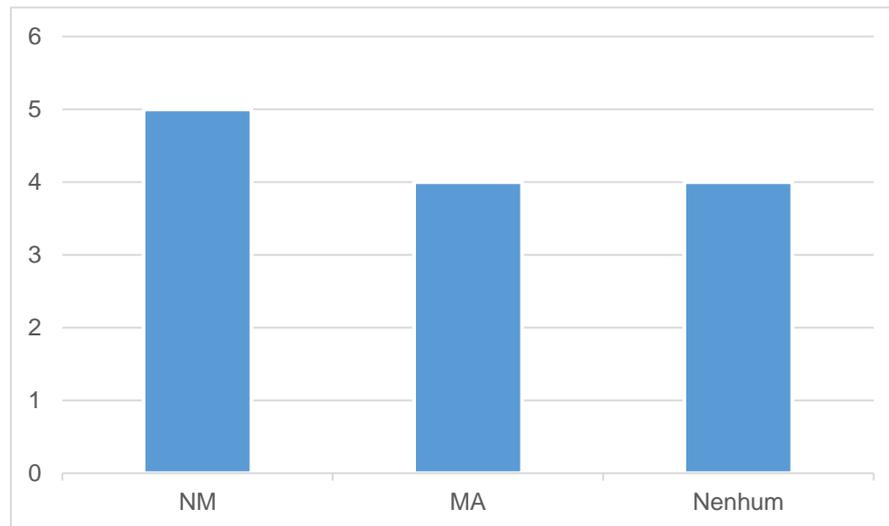
Com relação à Tecnologia da Informação, apresentam-se duas empresas: a QUALITY SOFT e a LINX, ambas atuam na prestação de serviços da área de informática; são empresas que já estão no mercado há 25 anos, como é o caso da QUALITY SOFT e há 10 anos a LINX.

A CABAMBIENTAL é a única empresa que atua no setor de Utilidade Pública, prestando serviço de distribuição de água e saneamento básico, e está no mercado há 8 anos.

5.1.2 Segmento de governança corporativa

A Figura 4 apresenta como a amostra da pesquisa está distribuída nos segmentos de governança corporativa da BM&FBOVESPA.

Figura 4 - Segmento de governança corporativa



Fonte: elaborado pela autora

No Segmento de Novo Mercado (NM) estão as empresas com o mais elevado padrão de Governança Corporativa; estas empresas só podem emitir ações ordinárias, ou seja, ações com direito a voto (BM&FBOVESPA, 2014). Estão classificadas cinco empresas, sendo elas: SMILES, CVC BRASIL, ANIMA S.A., LINX S.A. e SER EDUCA.

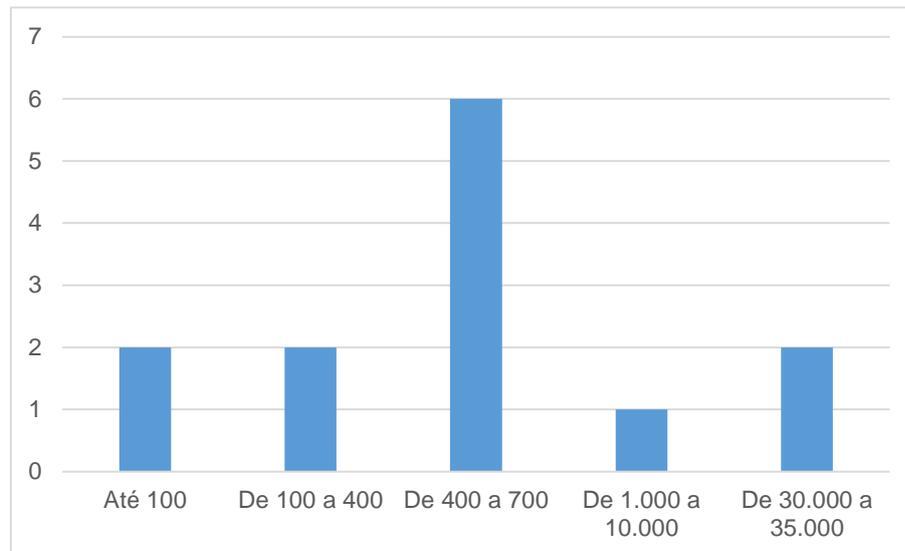
O outro segmento é o BOVESPA MAIS (MA), composto por quatro empresas da amostra, sendo elas: LFPARTICIP, CABAMBIENTAL, ALTUS S.A. e a QUALITY SOFT. Este segmento foi criado pela BM&FBOVESPA para empresas que desejam ingressar de modo gradativo no mercado de capitais. (BM&FBOVESPA, 2014).

As que não possuem classificação são empresas que negociam suas ações no mercado de capitais, mas não aderiram a nenhum segmento diferenciado de Governança Corporativa, são elas: TERM PE III, AMBEV S.A., RAIZEN ENERG e OURO VERDE.

5.1.3 Faturamento

Ao analisar a faixa de faturamento das empresas que compõem a amostra, obtém-se a Figura 5.

Figura 5 - Faixa de faturamento (mil reais)



Fonte: elaborado pela autora

O faturamento das empresas da amostra foi separado em cinco faixas diferentes, permitindo assim uma análise em conjunto (APÊNDICE A): 46% da amostra está na faixa de faturamento entre 400 a 700 (em mil reais), destas empresas destacam-se as duas empresas que são do segmento de educação (SER EDUCA e ANIMA S.A.), com faturamento aproximado.

Considerando a menor faixa de faturamento, verifica-se que 15% da amostra está contida nesta, sendo a TERM PE III a de menor faturamento no ano de 2013, totalizando 20.178 (em mil reais).

Já, na maior faixa de faturamento encontram-se as empresas QUALITY SOFT e AMBEV S.A., visto que já são empresas reconhecidas pelo mercado, uma vez que a QUALITY SOFT está há 25 anos no mercado, e a AMBEV S.A. apesar de ter sido constituída em 2005, atua no mercado com marcas de expressão nacional e internacional.

Através da apresentação dos setores econômicos, segmento de governança corporativa e faturamento das empresas que compõem a amostra, é possível observar que a mesma é mista, possuindo empresas de diferentes setores econômicos, tendo como ano de fundação entre 1973 e 2012, contendo três níveis de governança corporativa, com faturamento variando entre 20.178 (em mil reais) e 34.791.391 (em mil reais).

5.2 COMPOSIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO

No intuito de verificar a composição do ativo imobilizado das empresas que compõem a amostra, foram coletados os dados das notas explicativas resultando na Tabela 1.

Tabela 1 - Composição do ativo imobilizado (mil reais)

Empresas	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	Móveis, Utensílios e Acessórios	Obras em andamento	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Imobilizado em Andamento	Outros	Total (em mil reais)
ALTUS S/A	8.131	421	-	4.055	-	-	-	-	12.607
AMBEV S/A	3.924.807	1.006.468	2.042.829	6.963.655	-	-	-	-	13.937.759
ANIMA	53.662	6.748	-	10.244	5.609	54	3.350	9.056	88.723
CVC BRASIL	-	1.457	-	6.659	4.098	98	-	-	12.312
LFPARTICIP	1.276	5.225	-	6.718	1.735	-	-	6.653	21.607
LINX	7.416	1.995	-	7.480	7.809	4.969	156	10	29.835
OURO VERDE	3.320	948	-	1.198.035	-	-	-	16.904	1.219.207
QUALITY	1.162.497	90.129	-	36.314	68.113	-	-	5.428	1.362.481
SOFT									
RAIZEN	722.095	-	718.324	4.916.934	44.263	-	-	211.962	6.613.578
ENERG									
SER EDUCA	221.420	11.718	26.325	22.958	10.771	187	-	22.138	315.517
TERM. PE III	461.240	25	-	14	-	66	-	-	461.345

Fonte: elaborado pela autora

Para a análise da composição, foi necessário verificar as notas explicativas individuais das empresas, buscando o quadro suplementar por elas evidenciado, sendo que as empresas SMILES e CABAMBIENTAL não o divulgaram; por isso não estão contidas na tabela 1; já, a empresa OURO VERDE apresenta seu saldo de ativo imobilizado de forma divergente ao Balanço Patrimonial. O saldo contido na DFP é de 1.206.693 (em mil reais); porém, ao somar os subgrupos evidenciados no quadro suplementar da nota explicativa sobre imobilizado, o valor encontrado é de 1.219.207 (em mil reais). Para fins de análise, o saldo utilizado foi o encontrado na nota explicativa.

A partir dos quadros suplementares, foram identificados 18 (dezoito) subgrupos de ativos diferentes; para fins de análise, esses grupos foram reduzidos para oito grupos; essa redução se deu por proximidade e semelhança, uma vez que

as empresas denominam os nomes dos seus subgrupos de acordo com as suas necessidades. (APÊNDICE B).

Sendo assim, foi elaborado o Quadro 2 contendo os 18 grupos encontrados que, agrupados, se transformaram nos oito grupos para análise.

Quadro 2 - Reclassificação dos subgrupos de ativos imobilizados

Subgrupos Existentes	Subgrupos Reclassificados
Terrenos, edificações e benfeitorias	Neste subgrupo foram classificados todos os itens que referiam-se a terrenos e edificações, mesmo que possuíssem denominação diferenciada.
	Benfeitorias em imóveis de terceiros
Móveis, utensílios e acessórios	Neste subgrupo foram classificados todos os itens que referiam-se a móveis e utensílios, mesmo que possuíssem denominação diferenciada, como exemplo: utensílios e acessórios
Obras em andamento	Neste subgrupo foram classificados todos os itens que referiam-se a imobilizações em andamento, mesmo que possuíssem denominação diferenciada.
Máquinas, equipamentos e instalações	Neste subgrupo foram classificados todos os itens que referiam-se a máquinas, equipamentos e instalações, mesmo que possuíssem denominação diferenciada, como exemplo: instalações e equipamentos.
	Veículos, equipamentos, instalações e outros
	Tratores e Colhedoras
	Peças e componentes de substituição frequente
Computadores e periféricos	Neste subgrupo foram classificados todos os itens que referiam-se a computadores e periféricos, mesmo que possuíssem denominação diferenciada, como exemplo: equipamentos de informática.
Veículos	Neste subgrupo foram classificados todos os itens que referiam-se a veículos, mesmo que possuíssem denominação diferenciada.
Imobilizado em andamento	Neste subgrupo foram classificados todos os itens que referiam-se a móveis e utensílios, mesmo que possuíssem denominação diferenciada.
Outros	Biblioteca e videoteca
	Equipamentos de audiovisual
	Aeronaves
	Direito de uso telefone
	Livros

Fonte: elaborado pela autora

Por meio do Quadro 2, verifica-se que os Subgrupos Analisados são aqueles que, após ter sido feita a análise geral, foram objeto de análise deste estudo. Já os Subgrupos Reclassificados representam os grupos originais apresentados nas notas explicativas das empresas que compõem a amostra. Essa reclassificação ocorreu em função de as empresas denominarem seus subgrupos de forma diferente; com isso ficaria muito complicado proceder com as análises.

Os grupos que mais receberam reclassificações de outros subgrupos foram: Máquinas, Equipamentos e Instalações e Outros. Exemplo: O subgrupo Máquinas, equipamentos e instalações recebeu saldo dos subgrupos Tratores e Colhedoras, Peças e componentes de substituição frequente, dentre outros. Já, o subgrupo denominado Outros, recebeu saldo dos subgrupos Biblioteca e videoteca, Aeronaves, Livros, dentre outros.

Fazendo uma análise geral dos dados encontrados na tabela 1, é possível afirmar que os subgrupos de maior representatividade, dentro do Ativo Imobilizado das empresas, são os de Máquinas, equipamentos e acessórios e o de Terrenos, edificações e benfeitorias.

Na Tabela 2, é evidenciada a composição percentual de cada empresa dos subgrupos, conforme os números apresentados na Tabela 1.

Tabela 2 - Análise percentual por subgrupo

Empresas	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	Móveis, Utensílios e Acessórios	Obras em Andamento	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Imobilizado em Andamento	Outros	Total Percentual
ALTUS S/A	64%	3%	0%	32%	0%	0%	0%	0%	100%
AMBEV S/A	28%	7%	15%	50%	0%	0%	0%	0%	100%
ANIMA	60%	8%	0%	12%	6%	0%	4%	10%	100%
CVC BRASIL	0%	12%	0%	54%	33%	1%	0%	0%	100%
LFPARTICIP	6%	24%	0%	31%	8%	0%	0%	31%	100%
LINX	25%	7%	0%	25%	26%	17%	1%	0%	100%
OURO VERDE	0%	0%	0%	98%	0%	0%	0%	1%	100%
QUALITY SOFT	85%	7%	0%	3%	5%	0%	0%	0%	100%
RAIZEN ENERG	11%	0%	11%	74%	1%	0%	0%	3%	100%
SER EDUCA	70%	4%	8%	7%	3%	0%	0%	7%	100%
TERM. PE III	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%

Fonte: elaborado pela autora

Ao analisar os subgrupos de maior representatividade por empresa, dentro do ativo imobilizado total, nota-se que 45% das empresas têm como maior subgrupo o de Máquinas, Equipamentos e Acessórios, sendo elas: AMBEV S.A., CVC BRASIL,

LFPARTICIP, OURO VERDE e RAIZEN ENERG; no caso da empresa OURO VERDE, 98% do seu ativo imobilizado é composto por máquinas e equipamentos.

Outros 45% das empresas têm como maior subgrupo, dentro do seu ativo imobilizado, Terrenos, Edificações e Benfeitorias, sendo elas: ALTUS S.A., ANIMA, QUALITY SOFT, SER EDUCA e TERM PE III, sendo que a empresa TERM PE III tem 100% do seu ativo imobilizado neste subgrupo.

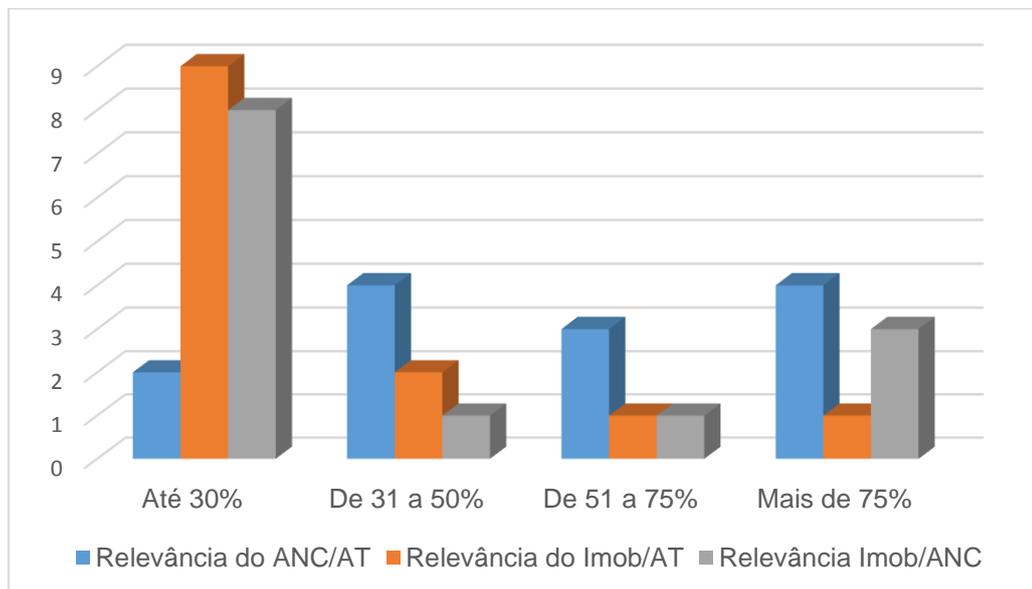
A empresa LINX, representando 9% da amostra, tem como seu maior subgrupo o de Computadores e Periféricos, com 26% de representatividade do seu ativo imobilizado total.

Sendo assim, a maior parte da amostra tem como maiores subgrupos os de Máquinas, Equipamentos e Instalações e o de Terrenos, Edificações e Benfeitorias.

5.2.1 Índices de Imobilização

Na Figura 6 são apresentados os índices relativos ao Ativo Imobilizado.

Figura 6 - Índices de imobilização



Fonte: elaborado pela autora

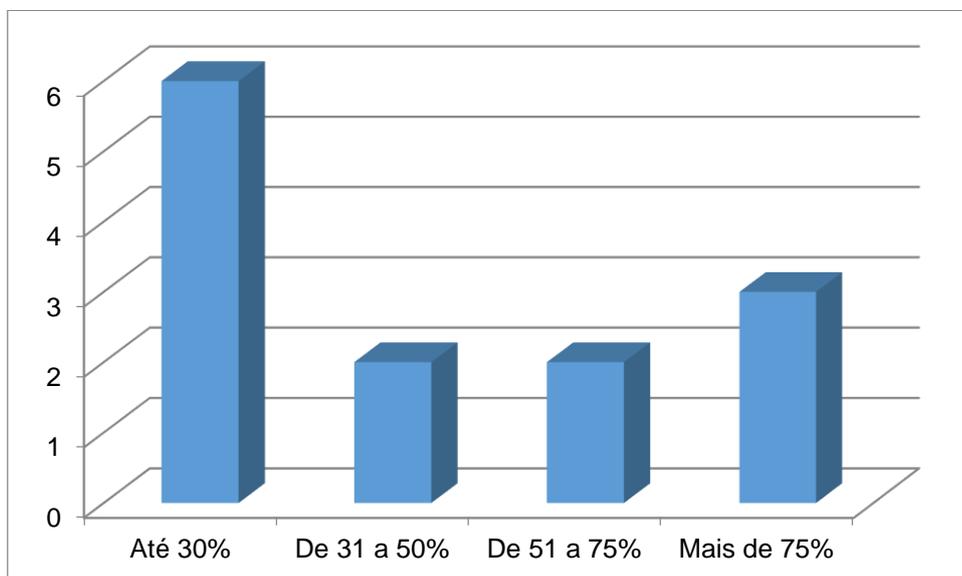
Quanto à relevância do Ativo Não Circulante (ANC) sobre o Ativo Total (AT), observa-se que a amostra está dividida, sendo que a empresa que tem o maior índice de relevância é a empresa OURO VERDE, com 83% do seu Ativo Total, estando classificado como Não Circulante (APÊNDICE A).

Já, analisando o Grau de Imobilização (Imobilizado/Ativo Total), é possível afirmar que a maioria das empresas está classificada na faixa de até 30%, sendo que este percentual demonstra o quanto o Ativo Imobilizado representa sobre o Ativo Total da empresa. A empresa que tem o menor índice é a SMILES S.A. com 0,06%, e a que possui o maior índice é a TERM. PE III, com 78% do seu Ativo Total sendo composto por ativos permanentes.

No índice de Imobilização sobre o Ativo Não Circulante, a análise fica semelhante à da relevância do Imobilizado sobre o Ativo Total, pois a maioria das empresas está na faixa de até 30%, e a empresa com menor índice contundia a SMILES S.A. com 0,10%, e a empresa com maior índice é a TERM PE III com 98%. Este índice demonstra o quanto o Imobilizado representa sobre o Ativo Não Circulante da empresa.

A seguir, é apresentado o Grau de Imobilização de Capital Próprio (ICP), um quociente cujo intuito é revelar qual a porcentagem dos recursos próprios que está imobilizada ou que não está em giro.

Figura 7 - Grau de imobilização de capital próprio



Fonte: elaborado pela autora

Segundo Santos (2001) devido à importância da necessidade de se possuir um bom capital de giro, pode-se afirmar que quanto menor for este índice melhor é para a empresa.

No caso a amostra em questão, a maior parte das empresas, 46%, está na faixa de até 30%, sendo esta faixa a considerada saudável para e empresa.

Na faixa de 31% a 50%, estão as empresas AMBEV S.A. e QUALITY SOFT, com percentuais de 32% e 44%, respectivamente.

Nas faixas de 51% a 75% estão as empresas ALTUS S.A. e SER EDUCA e, na faixa de acima, de 75%, encontram-se três empresas, sendo que duas delas têm o percentual ultrapassando 100%, são elas: OURO VERDE com 747% e TERM PE III com 309%; isso quer dizer que a parte excedente deve estar contabilizada como obrigações no curto ou longo prazo, sendo que, conforme comentado anteriormente, o interessante é que a empresa mantenha um patrimônio líquido suficiente para financiar o imobilizado, e que haja sobra para o ativo circulante.

Sendo assim, pode-se constatar que as empresas que possuem a maior imobilização para a sua estrutura patrimonial são OURO VERDE e TERM PE III, mesmo que em montante de ativo imobilizado não sejam as maiores.

5.3 ANÁLISE DOS DADOS DIVULGADOS PELAS EMPRESAS SELECIONADAS

Nesta seção são apresentadas as análises das notas explicativas para ativo imobilizado das treze empresas que abriram seu capital no ano de 2013, conforme apresentado no Quadro 1, deduzindo as empresas citadas no item 5.1.

A análise é feita sobre os oito pilares da evidenciação sobre os ativos imobilizados, conforme aborda o CPC 27, aprovado pela Deliberação 583/09. São eles:

- 1) critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto;
- 2) métodos de depreciação utilizados;
- 3) as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas;
- 4) valor contábil bruto e depreciação acumulada no início e no final do período;
- 5) reconciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrando: adições, ativos mantidos para a venda; aquisições por combinação de negócios; aumentos ou reduções decorrentes de reavaliações; provisões para perda por desvalorização; reversões de perda por desvalorização; depreciações; variações cambiais e outras alterações;
- 6) abordagem sobre a existência e os valores contábeis de ativos cuja titularidade é restrita e os ativos oferecidos como garantia de obrigações;

- 7) gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção; e
- 8) o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos imobilizados.

A análise observa se as empresas estão divulgando as informações de forma completa a respeito dos oito itens a serem evidenciados, mandatórios sobre a divulgação do ativo imobilizado. Cabe ressaltar que tais informações são o mínimo que as empresas devem divulgar para complementar os números divulgados nas Demonstrações Financeiras Padronizadas.

No início de cada evidenciação avaliada, é apresentado um quadro contendo as empresas da amostra e de que forma as empresas evidenciarão o item abordado; abaixo a legenda para as siglas utilizadas.

IC = Informação Completa

II = Informação Incompleta

IA = Informação Ausente

O Quadro 3 demonstra os critérios utilizados para classificar as informações como Completas (C), Incompletas (I) ou Ausentes (A), para cada evidenciação analisada.

Quadro 3 - Critérios para Classificação de Evidenciação

Evidenciações	IC (Informação Completa)	II (Informação Incompleta)	IA (Informação Ausente)
Critério de Mensuração do Ativo Imobilizado	Critério utilizado	-	Informação não encontrada
Métodos de Depreciação	Método utilizado	-	Informação não encontrada
Vida Útil e Taxas de Depreciação	Vida útil ou taxa de depreciação utilizada	-	Informação não encontrada
Valor Contábil Bruto e Depreciação Acumulada	Valor contábil bruto e depreciação acumulada separada por grupos de ativos	-	Informação não encontrada
Conciliação do Valor Contábil	Conciliação dos valores por grupos de ativos	-	Informação não encontrada
Ativos com Titularidade Restrita	Arrendamento Mercantil: Bem arrendado, valor, prazo de pagamento e valor da parcela.	Arrendamento Mercantil: Bem arrendado, valor total	Informação não encontrada
	Financiamento: Bens dados como garantia e valor.	-	
	Processos Judiciais: Bem e valor	-	
Gastos Reconhecidos em Ativos Imobilizados Durante a Construção	Valor dos juros s/ empréstimos capitalizados no ativo imobilizado e taxa.	-	Informação não encontrada
Compromissos Contratuais na Aquisição de Ativos	Valor dos compromissos	-	Informação não encontrada

Fonte: elaborado pela autora

A Deliberação CVM 583/09 está em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27, ou seja, empresas que comercializam ações na bolsa de valores, devem atender o que determina a Deliberação CVM 583/09, que aprova o CPC 27.

5.3.1 Critérios de mensuração do ativo imobilizado

Conforme abordado no item 3.1 Reconhecimento e Mensuração dos Ativos Imobilizados, os mesmos deverão ser avaliados pelo custo de aquisição e apresentados deduzidos dos saldos das contas de depreciação, amortização e

exaustão, sendo que o valor contábil de um ativo também pode estar deduzido das perdas estimadas por redução ao valor recuperável.

A seguir é apresentado o Quadro 4 contendo o resumo das evidenciações encontradas sobre o critério de mensuração dos ativos imobilizados.

Quadro 4 - Resumo da evidenciação dos critérios de mensuração

Nome de Pregão	Critério de Mensuração do Ativo Imobilizado
ALTUS S/A	IC
AMBEV S/A	IC
ANIMA	IC
CABAMBIENTAL	IC
CVC BRASIL	IC
LFPARTICIP	IC
LINX	IC
OURO VERDE	IC
QUALITY SOFT	IA
RAIZEN ENERG	IC
SER EDUCA	IC
SMILES	IA
TERM. PE III	IC

Fonte: elaborado pela autora

Ao analisar o critério de mensuração do ativo imobilizado, observa-se que nove (11) das empresas da amostra apresentaram seu critério de mensuração para os ativos imobilizados de forma completa.

Para exemplificar, segue a evidenciação da informação divulgada pela empresa AMBEV S.A. a respeito dos critérios utilizados para mensuração do ativo imobilizado, a qual atende de forma completa as exigências da norma contábil.

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento durante a fase de construção, e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração da Companhia (por exemplo, impostos não recuperáveis, frete, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram, caso incorridos). (Nota Explicativa (n) – Demonstrações Financeiras Padronizadas de 31/12/2013 – AMBEV S.A.).

Outras nove empresas, que tiveram suas evidenciações consideradas completas, apresentaram suas notas explicativas sobre o critério de mensuração de forma muito similar à da empresa AMBEV S.A.; todas apresentam seu imobilizado pelo método de custo de aquisição deduzido pela depreciação acumulada.

A empresa ALTUS S.A. é a única que não mantém seu imobilizado a custo histórico; a mesma relatou reavaliação dos bens no ano de 2007. A seguir, a divulgação sobre critério de mensuração da empresa citada.

“O imobilizado é demonstrado pelo valor reavaliado até 31 de dezembro de 2007, reduzido pela depreciação acumulada pelas perdas por *impairment*, quando aplicável.” (Nota explicativa 2.10 – Demonstrações Financeiras Padronizadas de 31/12/2013 – ALTUS S.A.).

De forma complementar, a empresa ALTUS S.A. destaca que: “Em 1º de janeiro de 2009 a Companhia considerou adequada a manutenção do valor residual anteriormente reavaliado, sendo o saldo da reavaliação desses bens mantido como ajuste de avaliação patrimonial.” (Nota explicativa 2.10 – Demonstrações Financeiras Padronizadas de 31/12/2013 – ALTUS S.A.).

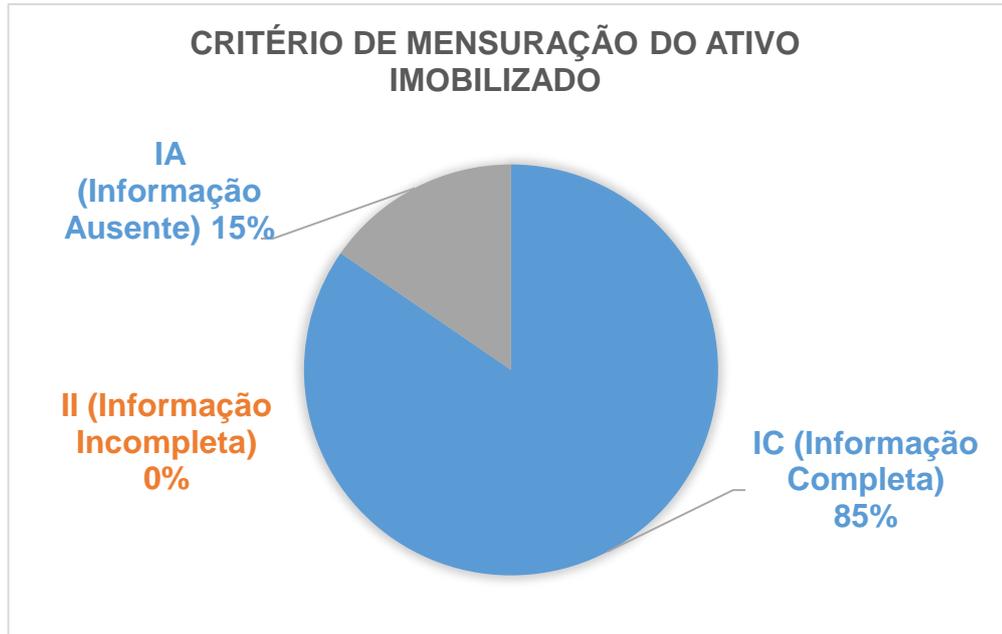
Até 31-12-2007, admitia-se a possibilidade de avaliarem os ativos de uma companhia pelo seu valor de mercado, em contrapartida a uma Reserva de Reavaliação. Na reavaliação abandonava-se o custo do bem original, corrigido monetariamente até 31-12-1995, e utilizava-se o novo valor econômico do ativo, obtido a partir de um laudo de avaliação. A partir de 1º-01-2008, a Reserva de Reavaliação foi extinta, por força da Lei 11.638/2007.

Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social de 2008.

Duas das empresas da amostra não apresentam informações sobre o critério de mensuração dos seus ativos imobilizados.

A seguir, a Figura 8 demonstra em percentuais os números acima citados.

Figura 8 - Critério de mensuração do ativo imobilizado



Fonte: elaborado pela autora

Fazendo uma análise percentual, 85% das empresas divulgaram de forma completa seus critérios de mensuração sobre o ativo imobilizado, e 15% não divulgaram o critério utilizado.

Por se tratar de uma divulgação básica, e que obrigatoriamente todas as empresas que tem registro de bens como ativo imobilizado deveriam ter evidenciado, pode-se concluir que o índice de adesão a evidenciação dos critérios de mensuração é baixo, o que pode dificultar a análise dos usuários externos dessa informação.

5.3.2 Métodos de depreciação

Conforme apresenta o item 60 do CPC 27, o método de depreciação adotado deve refletir o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros.

A seguir, é apresentado o Quadro 5 contendo o resumo da aderência sobre o método de depreciação utilizado pelas empresas da amostra.

Quadro 5 - Resumo da evidenciação dos métodos de depreciação

Nome de Pregão	Métodos de Depreciação
ALTUS S/A	IC

AMBEV S/A	IC
ANIMA	IC
CABAMBIENTAL	IC
CVC BRASIL	IC
LFPARTICIP	IC
LINX	IC
OURO VERDE	IC
QUALITY SOFT	IC
RAIZEN ENERG	IA
SER EDUCA	IC
SMILES	IA
TERM. PE III	IA

Fonte: elaborado pela autora

No item 3.3.1, ao abordar os métodos de depreciação, Ribeiro (2013) comenta que existem vários métodos de depreciação que podem ser aplicados, mas que o método linear é o mais utilizado devido a sua simplicidade.

Isso foi comprovado nesta pesquisa pois, das empresas que divulgaram seu método de depreciação, 100% delas utilizam o método linear para apropriação da depreciação no resultado.

Dentre as empresas da amostra, dez evidenciaram o método utilizado e três não evidenciaram nada sobre o método utilizado.

A seguir a evidenciação da empresa LINX, como exemplo de informação completa, referente ao método de depreciação utilizado.

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. (Nota explicativa 4.4.3 – Demonstrações Financeiras Padronizadas de 31/12/1013 – LINX S.A.).

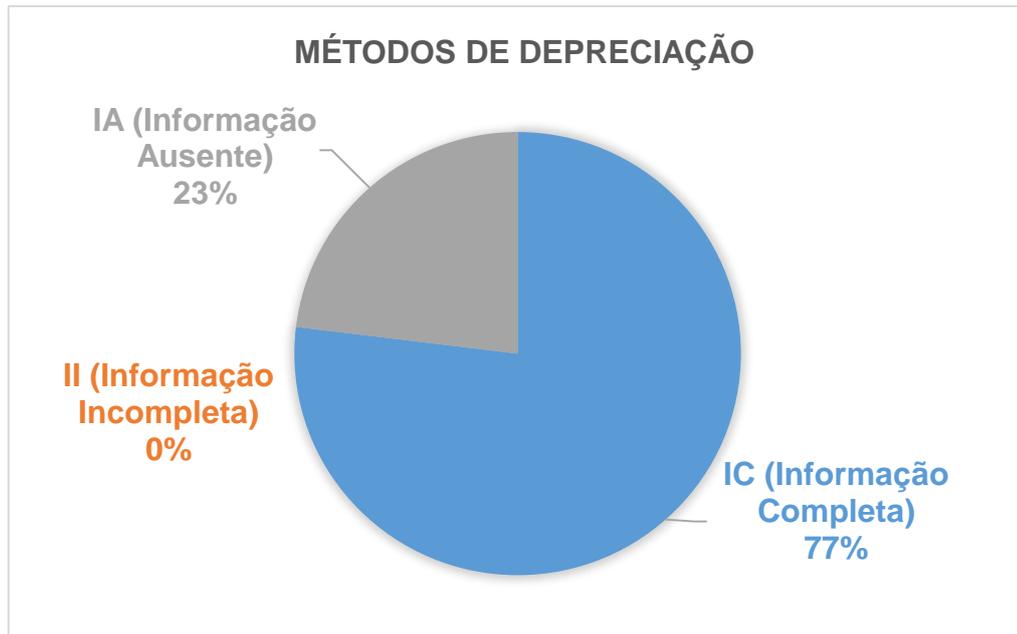
Complementarmente, ela apresenta que:

Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. (Nota explicativa 4.4.3 – Demonstrações Financeiras Padronizadas de 31/12/1013 – LINX S.A.).

Logo, a empresa atende de forma completa o que determina o CPC 27.

A seguir, a Figura 9 demonstra em percentuais os números acima citados.

Figura 9 - Evidenciação do método de depreciação



Fonte: elaborado pela autora

Da mesma forma que o item anterior (critério de mensuração), o método de depreciação utilizado é uma evidenciação básica do ativo imobilizado e, ainda assim, 23% das empresas não a divulgaram, um percentual alto de não evidenciação.

5.3.3 Vida útil ou taxas de depreciação

Conforme abordado no item 3.3.1 – Depreciação, a vida útil dos bens é definida pelo período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo, ou o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo; a partir daí, é possível estipular a taxa de depreciação desse item. Esta foi uma das grandes alterações dentro do ativo imobilizado, depois da adoção aos padrões internacionais, anterior à adoção, a taxa de depreciação era imposta pela Receita Federal do Brasil.

Mesmo depois da adoção das IRFS, a Receita Federal ainda impõe que, para fins de apuração de lucro para base do Imposto de Renda (IRPJ), as empresas continuem depreciando seus bens pelas taxas por eles determinadas.

A seguir, é apresentado o Quadro 6, contendo o resumo da evidenciação sobre a vida útil ou taxas de depreciação.

Quadro 6 - Resumo da evidenciação das vidas úteis ou taxas de depreciação

Nome de Pregão	Vida Útil ou Taxas de Depreciação
ALTUS S/A	IC
AMBEV S/A	IC
ANIMA	IC
CABAMBIENTAL	IC
CVC BRASIL	IC
LFPARTICIP	IC
LINX	IC
OURO VERDE	IC
QUALITY SOFT	IC
RAIZEN ENERG	IC
SER EDUCA	IA
SMILES	IA
TERM. PE III	IA

Fonte: elaborado pela autora

Sobre a vida útil, e as taxas de depreciação utilizadas, nenhuma empresa apresentou em conjunto ambas as informações, as empresas ou divulgam a taxa de depreciação, ou a vida útil dos bens, seguindo o que o CPC 27 determina, de que as empresas não são obrigadas a divulgar ambas as informações, por isso, todas as empresas que evidenciaram uma das maneiras foram classificadas como informações completas.

Três das empresas da amostra apresentaram a vida útil das classes dos ativos imobilizados, sete das empresas divulgaram informação da taxa de depreciação utilizada e três das empresas não divulgaram nenhuma informação.

Como exemplo de evidenciação, contendo a vida útil de seus bens, é a da empresa CABAMBIENTAL, que declara em sua nota explicativa praticar a depreciação pela vida útil econômica dos bens, que coincidem com as impostas pela Receita Federal. A seguir a evidenciação comentada.

As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e o comparativo são as seguintes:

- Máquinas, aparelhos e equipamentos 10 anos
- Benfeitorias em imóveis de terceiros 5 anos

- Móveis e utensílios 10 anos
- Computadores e periféricos 5 anos
- Veículos 5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A divulgação da empresa CABAMBIENTAL foi considerada completa, pois ela segue a determinação legal de mostrar ou a vida útil dos bens, ou a taxa de depreciação utilizada.

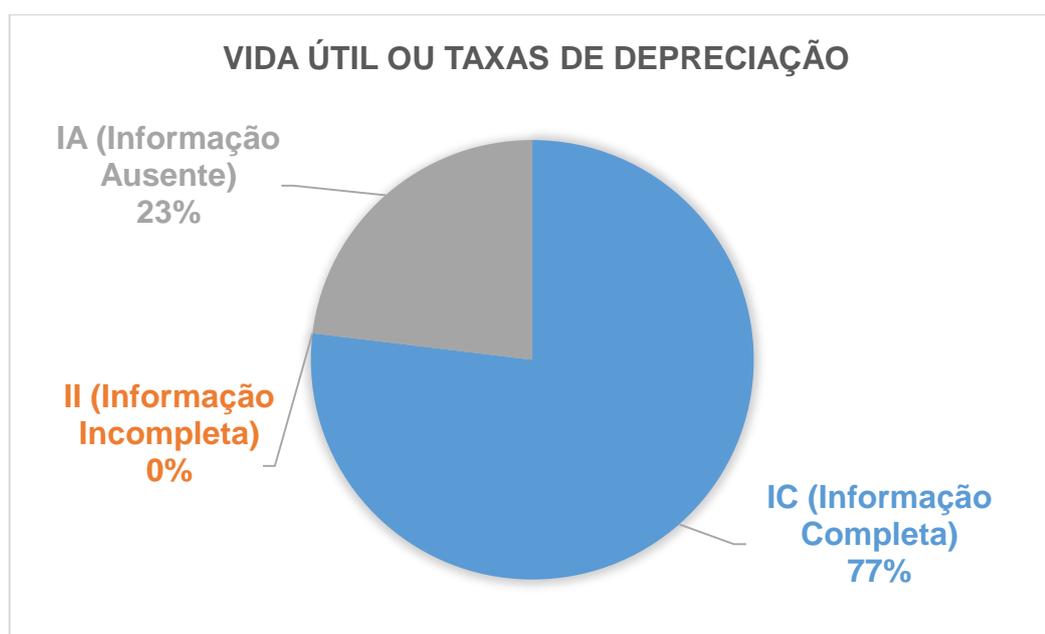
Como exemplo de evidenciação contendo as taxas de depreciação, temos a empresa RAIZEN.

Em 31 de março de 2013 e 2012, a depreciação de outros ativos foi calculada com base no desgaste da vida útil estimada de cada ativo, conforme taxas de depreciação anual demonstradas abaixo:

Tipo de ativo imobilizado	Taxa anual
Edifícios e benfeitorias	4%
Máquinas e equipamentos	3% a 10%
Implementos agrícolas	10%
Equipamentos industriais e instalações	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Veículos, embarcações e aeronaves	10% a 20%

A seguir é apresentado a Figura 10 contendo os números referente à vida útil e às taxas de depreciação das empresas da amostra.

Figura 10 - Evidenciação da vida útil ou taxa de depreciação



Fonte: elaborado pela autora

Os percentuais encontrados são semelhantes aos dois critérios avaliados anteriormente; mais uma vez, as empresas que não divulgam as informações necessárias chegaram a 23% da amostra.

5.3.4 Valor contábil bruto, depreciação acumulada e conciliação do valor contábil

As informações do valor contábil bruto, a depreciação acumulada e a conciliação do valor contábil geralmente são divulgadas em quadros suplementares nas notas explicativas, contendo as três informações; demonstrando o saldo inicial do período e as movimentações do ativo imobilizado durante o exercício, como adições, transferências, baixas e a depreciação acumulada.

Dentre as treze empresas analisadas, onze delas apresentaram informações completas sobre o valor contábil bruto e a depreciação acumulada, e fizeram a conciliação dos saldos das contas do ativo imobilizado, e duas das empresas não apresentaram nada acerca do tema.

A seguir o Quadro 7 com o resumo das empresas contendo o modo como divulgaram suas informações.

Quadro 7 - Resumo da evidenciação sobre o valor contábil bruto, a depreciação acumulada e a conciliação do valor contábil

Nome de Pregão	Valor Contábil Bruto e Depreciação Acumulada	Conciliação do Valor Contábil
ALTUS S/A	IC	IC
AMBEV S/A	IC	IC
ANIMA	IC	IC
CABAMBIENTAL	IA	IA
CVC BRASIL	IC	IC
LFPARTICIP	IC	IC
LINX	IC	IC
OURO VERDE	IC	IC
QUALITY SOFT	IC	IC
RAIZEN ENERG	IC	IC
SER EDUCA	IC	IC
SMILES	IA	IA

TERM. PE III	IC	IC
--------------	----	----

Fonte: elaborado pela empresa

Optou-se por analisar a evidenciação de valor contábil bruto e a depreciação acumulada, juntamente com a evidenciação da conciliação do valor contábil, visto que as informações são demonstradas juntas, em quadros suplementares nas notas explicativas, conforme mencionado anteriormente.

Como exemplo de informação completa, segue a evidenciação da empresa CVC BRASIL S.A.:

Figura 11 - Síntese da movimentação do imobilizado

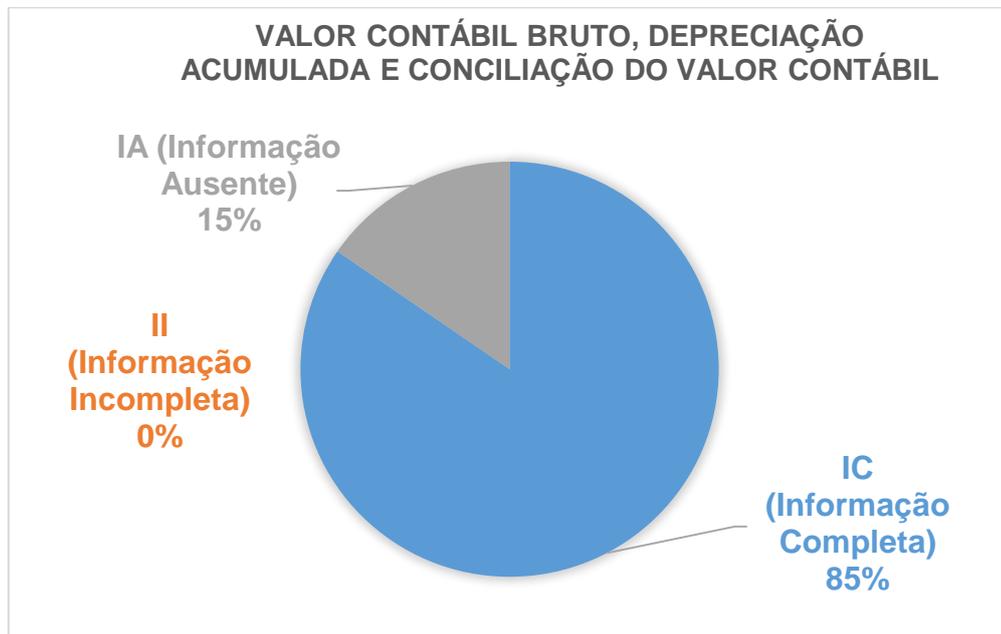
Consolidado	Instalações	Equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Total do ativo imobilizado
Custo						
31 de dezembro de 2011	10.481	478	3.473	14.662	-	29.094
Adições	1.393	65	395	2.445	210	4.508
Baixas	-	-	(174)	(145)	-	(319)
31 de dezembro de 2012	11.874	543	3.694	16.962	210	33.283
Adições	576	2	112	241	115	1.046
Baixas	(656)	(68)	(410)	(1.249)	(210)	(2.593)
Provisão para obsolescência (*)	-	-	-	(34)	-	(34)
Transferências do ativo intangível	-	-	-	1.434	-	1.434
31 dezembro de 2013	11.794	477	3.396	17.354	115	33.136
Depreciação acumulada						
31 de dezembro de 2011	(1.703)	(92)	(1.689)	(9.973)	-	(13.457)
Depreciação	(2.019)	(51)	(295)	(2.166)	(42)	(4.573)
Baixas	-	-	126	145	-	271
31 de dezembro de 2012	(3.722)	(143)	(1.858)	(11.994)	(42)	(17.759)
Depreciação	(2.183)	(51)	(348)	(2.250)	(24)	(4.856)
Baixas	445	42	267	988	49	1.791
31 de dezembro de 2013	(5.460)	(152)	(1.939)	(13.256)	(17)	(20.824)
Valor residual						
31 de dezembro de 2013	6.334	325	1.457	4.098	98	12.312
31 de dezembro de 2012	8.152	400	1.836	4.968	168	15.524

Fonte: Demonstrações Financeiras Padronizadas empresa CVC Brasil S.A. - Nota Explicativa nº 10

Como pode ser observado, este quadro serve como evidenciação para valor contábil bruto, depreciação acumulada e conciliação do valor contábil.

A seguir, é apresentada a Figura 12, contendo os percentuais encontrados sobre o valor contábil bruto, a depreciação acumulada e sobre a conciliação do valor contábil das empresas da amostra.

Figura 12 - Evidenciação do valor contábil bruto, depreciação acumulada e conciliação do valor contábil



Fonte: elaborado pela autora

Dentre os 15% que não evidenciaram as informações de valor contábil bruto, a depreciação acumulada e a conciliação do valor contábil, está a empresa CABAMBIENTAL que, até então, havia evidenciado de forma completa os itens anteriormente analisados.

5.3.5 Ativos com titularidade restrita

Os ativos imobilizados cuja titularidade é restrita normalmente são os ativos arrendados e os ativos imobilizados oferecidos como garantia, que estão alienados a empréstimos e financiamentos ou até mesmo por restrições judiciais. Sendo assim, a legislação determina que seja divulgado em notas explicativas tais informações, a fim de que os usuários destas informações saibam a real situação dos ativos imobilizados constantes no balanço patrimonial.

A seguir, apresenta-se o Quadro 8 contendo o resumo sobre a evidenciação de ativos, cuja titularidade é restrita e encontrada nas notas explicativas das empresas da amostra.

Quadro 8 - Resumo da evidenciação de ativos cuja a titularidade é restrita

Nome de Pregão	Ativos com Titularidade Restrita
ALTUS S/A	IC
AMBEV S/A	II
ANIMA	IC
CABAMBIENTAL	IA
CVC BRASIL	IA
LFPARTICIP	IA
LINX	IA
OURO VERDE	II
QUALITY SOFT	IA
RAIZEN ENERG	IC
SER EDUCA	IC
SMILES	IA
TERM. PE III	IA

Fonte: elaborado pela autora

Observando o quadro acima, verifica-se que as companhias que divulgaram informações completas acerca desse assunto foram as empresas ALTUS S.A., ANIMA S.A., RAIZEN ENERG e SER EDUCA.

A empresa ALTUS S.A. divulgou arrendamento mercantil financeiro de veículos e compôs os saldos conforme a Figura 13:

Figura 13 - Arrendamento Mercantil empresa ALTUS S.A

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Custo dos ativos arrendados	1.091	971
(-) Depreciação acumulada	(119)	(133)
Saldo contábil, líquido	<u>972</u>	<u>838</u>

Fonte: Nota Explicativa nº 13, empresa ALTUS S.A

Além dessas informações, a empresa declarou que os contratos de arrendamento financeiro informados não são canceláveis, com pagamentos mensais de R\$ 25 e prazos de liquidação oscilando entre 36 e 48 meses.

Já a empresa ANIMA S.A. possui ativos como garantia em processos judiciais e máquinas e equipamentos, adquiridos através de FINAME, que foram cedidos em garantia para estes empréstimos como hipoteca.

De forma incompleta foram classificadas duas empresas, dentre elas a empresa AMBEV S.A., que informou arrendamento de máquinas, equipamentos, móveis e utensílios; informou o valor contábil do ano de 2012 e 2013; porém, não divulga as parcelas e o prazo, por isso foi classificada como informação incompleta.

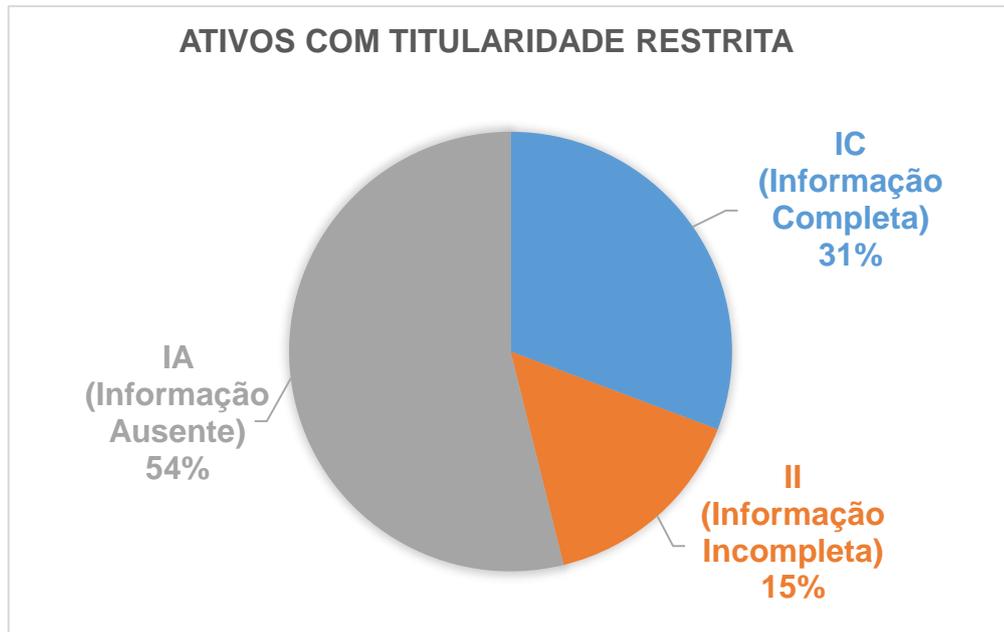
Nesse mesmo caso, a empresa OURO VERDE apresenta em suas notas explicativas a seguinte observação sobre seus arrendamentos mercantis:

Da totalidade das aquisições de ativo imobilizado, ocorridas no exercício de 2013, parte significativa se deu por meio de arrendamento mercantil financeiro, com reconhecimento direto do respectivo passivo, não havendo fluxo de caixa envolvido na operação inicial. Tais aquisições de ativos, sem efeito de caixa, totalizaram R\$ 437.211 (R\$ 387.675 em 2012). Assim, estas aquisições de ativos não estão sendo apresentadas na demonstração de fluxo de caixa, como atividade de investimento. (Nota Explicativa nº 12 – Demonstrações Financeiras Padronizadas – Ouro Verde S.A.).

Como não é divulgado o valor da parcela e o prazo referente ao arrendamento, optou-se por enquadrar a divulgação da empresa OURO VERDE também como incompleta.

A seguir é apresentada a Figura 14 contendo em percentuais os números comentados acima.

Figura 14 - Ativos com titularidade restrita



Fonte: elaborado pela autora

Para evidenciação de ativos com titularidade restrita, 31% evidenciaram de forma completa; 15%, de forma incompleta e 54%, não informaram nada; vale ressaltar que a informação é obrigatória, mesmo que as empresas não obtenham em seus ativos imobilizados bens na condição de arrendamento, alienados, ou por restrição judicial, devem informar que não o tem, caso contrário poderá ser entendido como omissão de informação.

5.3.6 Gastos reconhecidos em ativos imobilizados durante a construção

Quando os ativos imobilizados estão em construção, e se os valores referentes a essa construção estiverem financiados, os custos desse empréstimo estão diretamente ligados à construção desse ativo e, por esse motivo, os custos e as despesas financeiras deste empréstimo precisam ser capitalizados, conforme abordado no item 3.1.1 – Bens Construídos, desta monografia. Cabe ressaltar que a capitalização dos juros, como custo do ativo, deve ser de empréstimos/financiamento captados diretamente para a aquisição destes bens.

Os custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de

forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A seguir, é apresentado o Quadro 9 com o resumo da evidenciação encontrada sobre gastos Reconhecidos em Ativos Imobilizados, durante a construção.

Quadro 9 - Resumo da evidenciação de gastos reconhecidos em ativos imobilizados durante a construção

Nome de Pregão	Gastos Reconhecidos em Ativos Imobilizados Durante a Construção
ALTUS S/A	IA
AMBEV S/A	IC
ANIMA	IA
CABAMBIENTAL	IA
CVC BRASIL	IA
LFPARTICIP	IA
LINX	IA
OURO VERDE	IA
QUALITY SOFT	IA
RAIZEN ENERG	IC
SER EDUCA	IA
SMILES	IA
TERM. PE III	IA

Fonte: elaborado pela autora

As empresas que divulgaram informações sobre essa questão foram AMBEV S.A. e RAIZEN ENERG.

Como exemplo de informação completa, a divulgação de ambas as empresas:

Quadro 10 - Divulgação de gastos reconhecidos em ativos das empresas AMBEV S.A e RAIZEN ENERG

AMBEV S.A.	RAIZEN ENERG
A capitalização de juros é feita sobre empréstimos diretamente atribuíveis a aquisição e construção de ativos qualificáveis. O valor dos juros sobre empréstimos capitalizados no exercício de 2013 foi de R\$54.353 no Consolidado (R\$84.540 no Consolidado em 2012). A taxa de capitalização dos juros praticada em 2013 variou entre 6,36% e 11,29% ao ano (11,29% em 2012).	No exercício findo em 31 de março de 2013, os custos de empréstimos capitalizados na Controladora e Consolidado foram de R\$ 21.904 e R\$ 41.940 (R\$ 24.439 e R\$ 57.472 em 2012), respectivamente. A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida, para a Controladora e Consolidado, utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento, foi de 2,66% e 4,07% em 2013 (4,59% e 5,97% em 2012), respectivamente.

Fonte: elaborado pela autora

A seguir é apresentada a Figura 15 contendo os percentuais para os níveis de divulgação encontrados nas notas explicativas.

Figura 15 - Gastos reconhecidos em ativos imobilizados durante a sua construção



Fonte: elaborado pela autora

Os percentuais foram de 85% para informação ausente e de 15% para informação completa. Analisando as divulgações encontradas e comparando com a composição do ativo imobilizado, pode-se concluir que, dentre as empresas que possuem obras em andamento, somente a empresa SER EDUCAC não evidenciou gastos reconhecidos em ativos durante a construção; é importante frisar que

mencionar a não existência de gastos reconhecidos, como ativos imobilizados, responde de melhor forma às exigências da legislação, visto que, no caso de não haver menção, pode-se interpretar como uma omissão de informação.

5.3.7 Compromissos contratuais na aquisição de ativos

Referente ao valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos imobilizados, a seguir é apresentado o Quadro 11 contendo o resumo da evidenciação.

Quadro 11 - Resumo da evidenciação de compromissos contratuais na aquisição de ativos

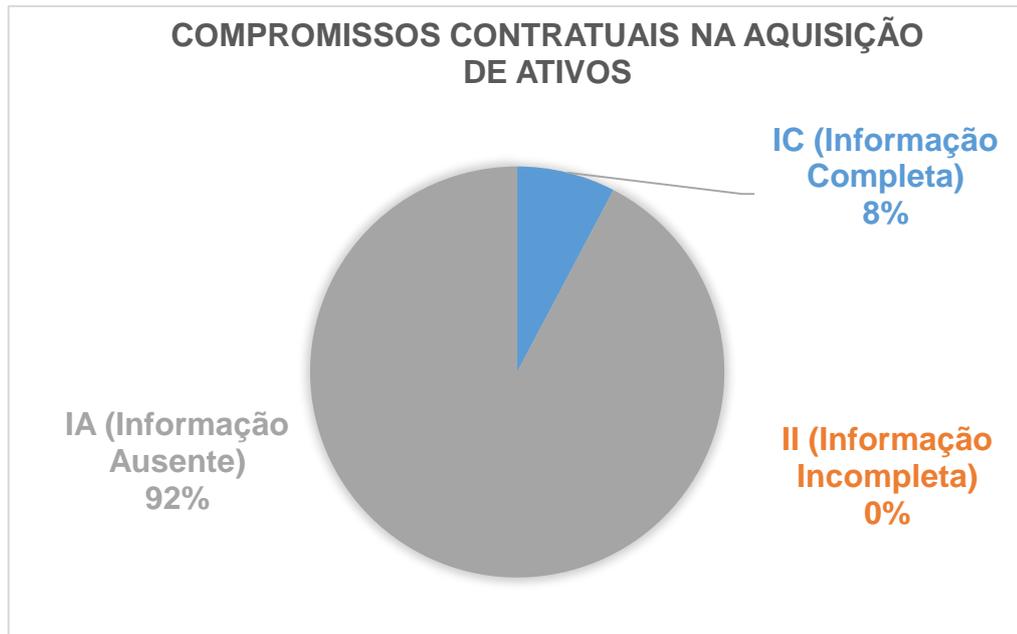
Nome de Pregão	Compromissos Contratuais na Aquisição de Ativos
ALTUS S/A	IA
AMBEV S/A	IC
ANIMA	IA
CABAMBIENTAL	IA
CVC BRASIL	IA
LFPARTICIP	IA
LINX	IA
OURO VERDE	IA
QUALITY SOFT	IA
RAIZEN ENERG	IA
SER EDUCA	IA
SMILES	IA
TERM. PE III	IA

Fonte: elaborado pela autora

Em relação aos compromissos contratuais na aquisição de ativos imobilizados, somente a empresa AMBEV S.A. apresentou divulgação, sendo a seguinte: “Os compromissos contratuais para aquisição de imobilizado representam R\$ 196.416 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 212.668 em 31 de dezembro de 2012)”. (Nota Explicativa nº 11 – Demonstrações Financeiras Padronizadas – Ambev S.A.).

A seguir é apresentada a Figura 16 referente à evidenciação em questão.

Figura 16 - Compromissos contratuais na aquisição de ativos



Fonte: elaborado pela autora

Como somente uma empresa apresentou informação de compromissos contratuais na aquisição de ativos, o percentual de aderência foi extremamente baixo, 8% indicando informação completa e 92% indicando informação incompleta. Conforme comentado anteriormente, mesmo que a empresa não obtenha compromissos contratuais, é importante que assim divulgue, para não ser confundido como omissão de informação.

5.4 ANÁLISE DA ADERÊNCIA AO CPC 27 NA DIVULGAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS

Após análise dos dados coletados, separadamente por evidenciação necessária, na Tabela 3 é apresentado o resumo geral de todos os itens avaliados e, a seguir, na tabela 5 é apresentado um quadro quantificado com os resultados da pesquisa, a fim de saber a aderência às exigências normativas, e identificar se as empresas atenderam aos requisitos da Deliberação CVM 583/09, quanto à divulgação de informações referentes ao ativo imobilizado em nota explicativa pelas empresas que abriram o capital no ano de 2013, no Brasil, atingindo assim o objetivo proposto para esta pesquisa.

Conforme mencionado, na Tabela 3, identificam-se as informações apresentadas pelas empresas como Completas (C), Incompletas (I) ou Ausentes (A).

Tabela 3 - Resumo geral das evidenciações

Nome de Pregão	Critério de Mensuração do Ativo Imobilizado	Métodos de Depreciação	Vida Útil ou Taxas de Depreciação	Valor Contábil Bruto e Depreciação Acumulada	Conciliação do Valor Contábil	Ativos com Titularidade Restrita	Gastos Reconhecidos em Ativos Imobilizados Durante a Construção	Compromissos Contratuais na Aquisição de Ativos	TOTAIS
Item	1	2	3	4	5	6	7	8	IC II IA
ALTUS S/A	IC	IC	IC	IC	IC	IC	IA	IA	6 0 2
AMBEV S/A	IC	IC	IC	IC	IC	II	IC	IC	7 1 0
ANIMA	IC	IC	IC	IC	IC	IC	IA	IA	6 0 2
CABAMBIENTAL	IC	IC	IC	IA	IA	IA	IA	IA	3 0 5
CVC BRASIL	IC	IC	IC	IC	IC	IA	IA	IA	5 0 3
LFPARTICIP	IC	IC	IC	IC	IC	IA	IA	IA	5 0 3
LINX	IC	IC	IC	IC	IC	IA	IA	IA	5 0 3
OURO VERDE	IC	IC	IC	IC	IC	II	IA	IA	5 1 2
QUALITY SOFT	IA	IC	IC	IC	IC	IA	IA	IA	4 0 4
RAIZEN ENERG	IC	IA	IC	IC	IC	IC	IC	IA	6 0 2
SER EDUCA	IC	IC	IA	IC	IC	IC	IA	IA	5 0 3
SMILES	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	0 0 8
TERM. PE III	IC	IA	IA	IC	IC	IA	IA	IA	3 0 5
TOTAIS	IC	11	10	10	11	4	2	1	60
	II	0	0	0	0	2	0	0	2
	IA	2	3	3	2	7	11	12	42

Fonte: elaborado pela autora

Analisando a Tabela 3, quanto às informações divulgadas, verifica-se que as evidenciações referentes ao critério de mensuração; o valor contábil bruto; a depreciação acumulada e de conciliação do valor contábil foram as que atingiram maior grau de divulgação pelas empresas da amostra, com evidenciação de 11 das 13 empresas, sendo que somente duas empresas não evidenciaram estas informações.

Seguindo a análise, as evidenciações sobre o método de depreciação e da vida útil ou as taxas de depreciação acumulada tiveram aderência de 10 das empresas da amostra e três não evidenciaram.

Os cinco itens citados acima, são itens básicos de divulgação para todas as classes dos ativos imobilizados, por isso seu grau de evidenciação permaneceu entre 77% e 85% de informações completas, o que não acontece com os itens a seguir.

Para os ativos com titularidade restrita, sete empresas não divulgaram informações e apenas quatro divulgaram de forma completa; já, para os gastos reconhecidos como ativos e os compromissos contratuais, advindos de aquisições de imobilizados, foram os menos evidenciados pelas empresas com percentuais de não evidenciação de 79% e 86% respectivamente.

A partir dos resultados obtidos, através dos oito itens de evidenciação avaliados dentre as 13 empresas da amostra, constatou-se que, no geral, 58% das evidenciações foram completas; 2%, incompletas e 40% de informações ausentes.

A partir da Tabela 3 foram multiplicados os totais encontrados para cada informação pelo peso atribuído a cada característica da informação analisada, conforme segue:

IC – Informação Completa – Peso 3;

II – Informação Incompleta – Peso 2;

IA – Informação Ausente – Peso 1.

Assim, é possível identificar as empresas que apresentam maior aderência às exigências da Comissão de Valores Mobiliários – CVM pela Resolução 583/09, baseando-se na nota obtida, conforme apresentado na Tabela 4.

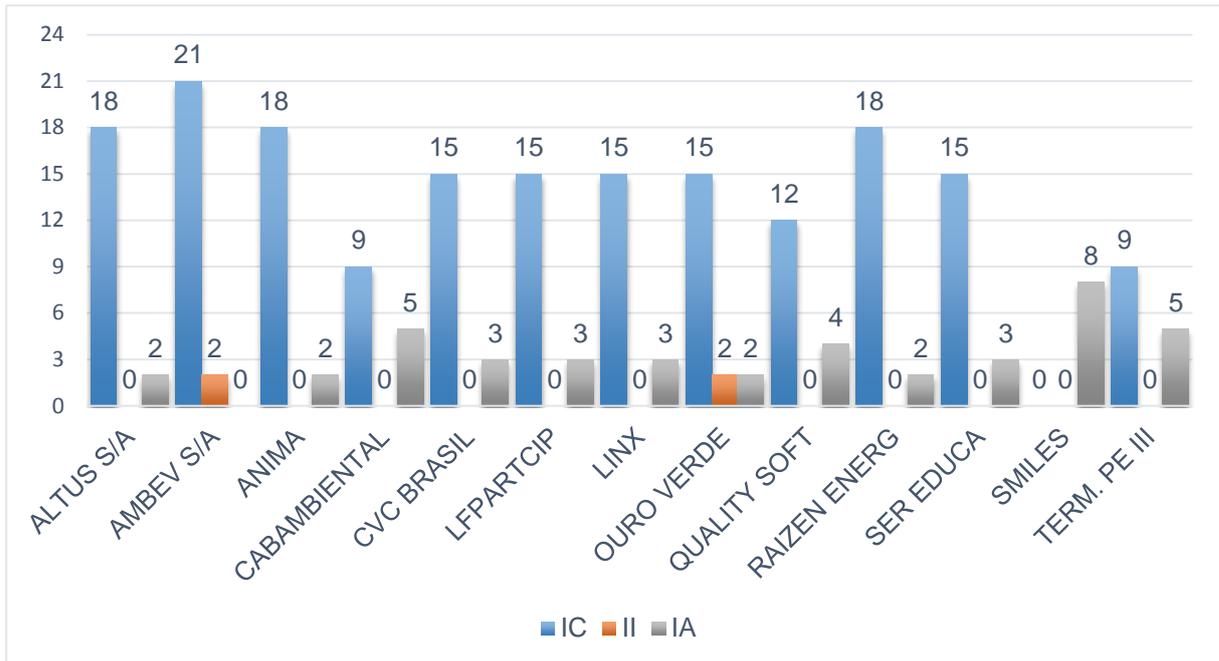
Tabela 4 - Pontuação das empresas por categoria de Informação

Nome de Pregão	TOTAIS		
	IC	II	IA
ALTUS S/A	18	0	2
AMBEV S/A	21	2	0
ANIMA	18	0	2
CABAMBIENTAL	9	0	5
CVC BRASIL	15	0	3
LFPARTCIP	15	0	3
LINX	15	0	3
OURO VERDE	15	2	2
QUALITY SOFT	12	0	4
RAIZEN ENERG	18	0	2
SER EDUCA	15	0	3
SMILES	0	0	8
TERM. PE III	9	0	5

Fonte: elaborado pela autora

A partir da Tabela 4 foi, elaborada a Figura 17 que demonstra o nível de evidenciação das empresas, conforme a pontuação que cada uma atigiu.

Figura 17 - Pontuação por empresa



Fonte: elaborado pela autora

Analisando os resultados obtidos na Figura 17, é possível fazer algumas considerações sobre a pontuação de cada empresa, frente aos níveis de divulgação apresentados.

A empresa que obteve maior pontuação para Informação Completa foi a AMBEV S.A. com 21 pontos; essa pontuação muito se deve à evidenciação dos dois últimos itens analisados, Gastos Reconhecidos em Ativos Imobilizados Durante a sua Construção e Compromissos Contratuais na Aquisição de Ativos, em que a empresa apresentou de forma completa ambos os itens, enquanto que 85% e 92%, respectivamente, não evidenciaram informações.

Com pontuação de 18 para Informação Completa, estão as empresas ALTUS S.A., ANIMA e RAIZEN ENERG; além da pontuação elevada, estas empresas, juntamente com a empresa AMBEV S.A., apresentaram suas notas explicativas para o ativo imobilizado de forma que possam ser entendidas por usuários com diferenciados níveis de conhecimento contábil.

A empresa com maior pontuação para Informação Incompleta foi a SMILES S.A., pois não apresentou informação alguma sobre ativo imobilizado; por isso sua pontuação atingiu oito pontos para Informação Incompleta, seguida pelas empresas

CABAMBIENTAL e TERM PE III com cinco itens não evidenciados em ambas; por isso totalizou cinco pontos para Informação Incompleta.

Na Tabela 5, foram somadas as pontuações, a fim de identificar a empresa com maior pontuação geral.

Tabela 5 - Pontuação geral por empresa

Nome de Pregão	TOTAIS
AMBEV S/A	23
ALTUS S/A	20
ANIMA	20
RAIZEN ENERG	20
OURO VERDE	19
CVC BRASIL	18
LFPARTICIP	18
LINX	18
SER EDUCA	18
QUALITY SOFT	16
CABAMBIENTAL	14
TERM. PE III	14
SMILES	8

Fonte: elaborado pela autora

A maior pontuação geral é da empresa AMBEV S.A. com um total de 23 pontos, sendo que, comparado ao faturamento, também é a primeira em colocação, e em valor de ativo imobilizado é a maior da amostra; conforme comentado anteriormente, a maior pontuação muito se deve aos dois últimos itens analisados, nos quais a empresa evidenciou de forma completa ambos, enquanto a maior parte das empresas não evidenciaram informação.

A empresa ALTUS S.A., ANIMA e RAIZEN ENERG empataram na pontuação de 20 pontos, o que também é considerada uma boa pontuação.

Já as empresas LFPARTICIP e QUALYTI SOFT, apesar de não possuírem a menor pontuação, são as empresas que menos se preocuparam com os usuários das informações contábeis, relativas ao imobilizado, visto que evidenciaram extritamente o obrigatório, sem explicações ou esclarecimentos dos termos técnicos.

A empresa SMILES foi a empresa com menor pontuação, chegando a 8 (oito) pontos que se referem a Informações Ausentes, em todos os item avaliados, visto que a empresa não evidenciou nenhuma nota explicativa sobre seu ativo imobilizado.

Buscou-se informação sobre punição da não evidenciação das informações obrigatórias; porém, não foi encontrado nada sobre o tema; complementarmente, foram verificados os pareceres da auditoria de todas as empresas da amostra, a fim de constatar se haviam pareceres com ressalva ou abstenção de opinião, mas nenhum parecer foi emitido desta maneira, todos foram emitidos sem ressalva.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como principal objetivo verificar se as empresas que foram listadas na BM&FBOVESPA, no ano de 2013, estavam divulgando em notas explicativas tudo o que a legislação prevê em relação ao CPC 27 - Ativo Imobilizado, que foi aprovado pela CVM, através da Deliberação 583, de 31 de julho de 2009. A fim de que este objetivo fosse alcançado, buscou-se embasamento teórico em dois principais pilares, o ativo imobilizado e sobre a evidenciação contábil, para posterior coleta e análise da composição do ativo imobilizado e suas notas explicativas, que foram extraídas do *site* da BM&FBOVESPA.

Com relação à composição do Ativo Imobilizado, foram analisadas as notas explicativas e, através dos quadros suplementares por elas apresentados, as informações foram classificadas em subgrupos por semelhança. Por meio dessa separação observou-se quais subgrupos seriam os de maior representatividade dentro do ativo imobilizado total. Os resultados encontrados foram: 45% das empresas têm como maior subgrupo o de Máquinas, Equipamentos e Acessórios, seguido por Terrenos, Edificações e Benfeitorias, apresentando o mesmo percentual; com 9% da amostra está o subgrupo de Computadores e Periféricos. Sendo assim, verificou-se que a grande concentração do Imobilizado da amostra está nos subgrupos de Máquinas e Equipamentos e Terrenos e Edificações.

Para cálculo de alguns índices, foram extraídos dados como: Total do Ativo, Total do Ativo Circulante, Total do Ativo Não Circulante e Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial, contido no *site* da BM&FBOVESPA, a fim de fazer uma relação entre os totais e identificar a composição do Ativo Imobilizado por faixas de percentuais. Quanto à relevância do Ativo Não Circulante sobre o Ativo Total, observou-se que a amostra é dividida, e que os percentuais variam entre 16% e 83%, já, analisando o Grau de Imobilização, é possível afirmar que nove das empresas estão classificadas na faixa de até 30%. No índice de Imobilização sobre o Ativo Não Circulante, a análise fica semelhante à do grau de imobilização, pois oito das empresas estão na faixa de até 30%. No Grau de Imobilização de Capital Próprio, a maior parte das empresas, 46%, está na faixa de até 30%, o que é considerado a faixa saudável para empresa, visto que demonstra que a maioria das empresas consegue adquirir seus ativos imobilizados, através de recursos próprios, sem a necessidade de buscar recursos em terceiros.

A fim de verificar o que está sendo divulgado pelas empresas, referente ao Ativo Imobilizado, buscaram-se as notas explicativas das empresas da amostra no *site* da BM&FBOVESPA, e foram analisados os oito itens que o CPC 27 traz como obrigatórios para a evidenciação do ativo imobilizado, as informações divulgadas foram classificadas como Completas, Incompletas ou Ausentes.

Quanto às informações divulgadas, verificou-se que as evidenciações referente ao critério de mensuração, valor contábil bruto, à depreciação acumulada e de conciliação do valor contábil foram as que atingiram maior grau de divulgação pelas empresas da amostra, com evidenciação completa de 11 empresas. Já, os itens menos evidenciados foram gastos reconhecidos como ativos, e os compromissos contratuais advindos de aquisições de imobilizados com percentuais de não evidenciação de 79% e 86%, respectivamente.

Com o objetivo de analisar a aderência ao CPC 27 pelas empresas da amostra, os resultados encontrados na análise das informações foram multiplicados por um peso atribuído a cada característica, assim chegando à conclusão de que a empresa que teve o maior índice de evidenciação foi a AMBEV S.A., com 23 pontos. Isso muito se deve por ela ter evidenciado de forma completa os dois últimos itens analisados que, pela maioria das empresas, não foi evidenciado. São eles: gastos reconhecidos como ativos e os compromissos contratuais advindos de aquisições, que, conforme mencionado anteriormente, são os itens que obtiveram o menor índice de não evidenciação. Já a empresa que obteve a menor pontuação foi a SMILES S.A., com oito pontos, o que representa que todos os itens avaliados estavam ausentes em suas notas explicativas, ou seja, nenhuma nota sobre ativo imobilizado foi evidenciada, sendo que a empresa possui ativos classificados como imobilizado em seu balanço patrimonial.

A partir dos resultados obtidos, através dos oito itens de evidenciação avaliados, dentre as treze empresas da amostra, constatou-se que, no geral, 58% das evidenciações foram completas; 2%, incompletas e 40% de informações ausentes, ou seja, grande parte das empresas tiveram itens que não foram divulgados, dificultando assim a análise dos usuários externos destas informações. Ponte e Oliveira (2004, p. 7) destacam que “as empresas podem adotar diferentes formas de evidenciação, mas devem fornecer informações em quantidade e qualidade que atendam às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis”.

O que pode se constatar também é que, nas evidenciações apresentadas pelas empresas, há a utilização de termos técnicos e expressões que somente bons entendedores de contabilidade seriam capazes de entender. Esta realidade constatada na pesquisa é contrária ao objetivo da divulgação contábil, que, segundo Hendriksem e Van Breda (1999, p. 89), é apoiar os acionistas e outros indivíduos para tomadas de decisão; para isso as informações divulgadas devem ser claras, e passíveis de entendimento por qualquer interessado.

Diante dos resultados obtidos nesta pesquisa, pode-se concluir que o nível de aderência ao CPC 27 das empresas que abriram capital no ano de 2013 no Brasil é satisfatório, visto que, mais de 50% da amostra apresentaram informações completas, porém deve-se destacar que em algumas situações a evidenciação deixa a desejar e, em outras, é completa, mas com informações técnicas, ou com expressões usuais da profissão contábil, o que dificulta o entendimento de leigos em contabilidade.

O presente estudo não pode esgotar o assunto, dessa forma possibilita a realização de futuras pesquisas. Sugere-se que a análise se estenda a outras áreas patrimoniais e à aplicação de outras interpretações e mudanças ocorridas na legislação contábil com a aplicação dos Padrões Internacionais – IFRS em empresas Brasileiras verificando assim o entendimento dos profissionais quanto ao assunto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Manual prático de interpretação contábil da lei societária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa, *et al.* A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, São Paulo, v.10, n. 20, p. 5-19, jan. 2011.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças contábeis na lei societária**. São Paulo: Atlas, 2009.

BOVESPA.BM&FBOVESPA. Consulta empresas listadas. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresaslistadas/BuscaEmpresaListada.aspx?Idioma=pt-br>>. Acesso em: 1º abr. 2014.

_____. Demonstrações Financeiras Padronizadas – 31/12/2013 – **Altus Sistema de Automação S.A.** Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=23183&idioma=pt-br>>. Acesso em: 8 maio 2014.

_____. Demonstrações Financeiras Padronizadas – 31/12/2013 – **Ambev S.A.** Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/ciaslistadas/empresaslistadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=23264&idioma=pt-br>>. Acesso em: 8 maio 2014.

_____. Demonstrações Financeiras Padronizadas – 31/12/2013 – **Cia Águas do Brasil – Cab Ambiental**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/ciaslistadas/empresaslistadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=23175&idioma=pt-br>>. Acesso em: 8 maio 2014.

_____. Demonstrações Financeiras Padronizadas – 31/12/2013 – **CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/ciaslistadas/empresaslistadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=23310&idioma=pt-br>>. Acesso em: 8 maio 2014.

_____. Demonstrações Financeiras Padronizadas – 31/12/2013 – **GAEC Educação S.A.** Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresaslistadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=23248&idioma=pt-br>>. Acesso em: 8 maio 2014.

_____. Demonstrações Financeiras Padronizadas – 31/12/2013 – **JP Participações S.A.** Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresaslistadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=23299&idioma=pt-br>>. Acesso em: 8 maio 2014.

_____. Demonstrações Financeiras Padronizadas – 31/12/2013 – **LINX S.A.**

Disponível em:

<<http://www.bmfbovespa.com.br/ciaslistadas/empresaslistadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=23035&idioma=pt-br>>. Acesso em: 8 maio 2014.

_____. Demonstrações Financeiras Padronizadas – 31/12/2013 – **Ouro Verde**

Locação e Serviço S.A. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresaslistadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=23280&idioma=pt-br>>. Acesso em: 8 maio 2014.

_____. Demonstrações Financeiras Padronizadas – 31/12/2013 – **Quality**

Software S.A. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresaslistadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=23302&idioma=pt-br>>. Acesso em: 8 maio 2014.

_____. Demonstrações Financeiras Padronizadas – 31/12/2013 – **Raizen Energia**

S.A. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=23230&idioma=pt-br>>. Acesso em: 8 maio 2014.

_____. Demonstrações Financeiras Padronizadas – 31/12/2013 – **Ser Educacional**

S.A. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresaslistadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=23221&idioma=pt-br>>. Acesso em: 8 maio 2014.

_____. Demonstrações Financeiras Padronizadas – 31/12/2013 – **Smiles S.A.**

Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=23140&idioma=pt-br>>. Acesso em: 8 maio 2014.

_____. Demonstrações Financeiras Padronizadas – 31/12/2013 – **Termelétrica**

Pernambuco III S.A. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresaslistadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=23329&idioma=pt-br>>. Acesso em: 8 maio 2014.

BRASIL. **Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976:** Dispõe sobre as Sociedades por ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 16 nov. 2013.

_____. Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 16 nov. 2013.

_____. Lei 11.941, de 27 de maio de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm>. Acesso em: 16 nov. 2013.

COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da contabilidade:** abordagem contextual, histórica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2010.

COMISSÃO de Valores Mobiliários. **Instrução CVM 457, de 13 de julho de 2007.** Elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB. Disponível em:
<[http:// www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos/inst/inst457.doc](http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos/inst/inst457.doc)>. Acesso em: 24 nov. 2013.

_____. **Deliberação CVM 583, de 31 de julho de 2009.** Aprova pronunciamento do CPC 27 sobre Ativo Imobilizado. Disponível em:
<[http:// www.cvm.gov.br/port/snc/deli583.pdf](http://www.cvm.gov.br/port/snc/deli583.pdf)>. Acesso em: 24 nov. 2013.

COMITÊ. **Pronunciamento Técnico CPC 27: Ativo Imobilizado.** Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, Brasília, DF, 26 jun. 2009. Disponível em:
<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_27.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2013.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 01: Redução no Valor Recuperável de Ativos.** Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, Brasília, DF, 26 jun. 2009. Disponível em:
<<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=2>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 06: Operações de Arrendamento Mercantil.** Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, Brasília, DF, 26 jun. 2009. Disponível em:
<<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentosemitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=37>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 00: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.** Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, Brasília, DF, 26 jun. 2009. Disponível em:
<<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.** Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, Brasília, DF, 26 jun. 2009. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=54>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FIPECAFI; ERNST&YOUNG. **Análises sobre o IFRS no Brasil – Edição 2012.** São Paulo, 2012.

GALLON, A. V.; BEUREN, I. M. **Análise do conteúdo da evidenciação nos relatórios da administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa.** In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, VI., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo; 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, *et al.* **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade introdutória**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KPMG. **IFRS Hoje**. Mar/Abr. 2008. Disponível em:

<http://www.kpmg.com.br/servicos_audit_ifrs.asp?at=Audit&aax=1>. Acesso em: 16 nov. 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Manual de contabilidade para não contadores**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade**: para o nível de graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; LOPES, Alexsandro Broedel (Coord.). **Teoria avançada da contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LOPES, Jorge Expedito de Gusmão. KATAOKA, Sheila Sayuri. FILHO, José Francisco Ribeiro. PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo. Um estudo sobre a divulgação das informações das práticas de governança corporativa nos sítios das entidades fechadas de previdência complementar. **Revista contemporânea em contabilidade**. Santa Catarina. Vol.7, n 13, p. 151-173, 2010.

MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos Rocha; MENESES, Anelise Florencio de Meneses; PETER, Maria de Glória Arrais. O processo de convergência das normas internacionais de contabilidade: uma realidade nos setores privado e público brasileiros. **Revista Controle**, Ceará, v. 9, n. 1, p. 87-107, jan./jun. 2011.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, Auster Moreira. REGINATO, Luciane. Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: uma relação necessária. **Revista Universo Contábil**. Blumenau. V.4, n 3, p. 25 – 47, 2008.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Valdiney Alves; LEMES, Sirlei. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para

a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 155-173, maio/ago. 2011.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária** : texto e exercícios. 7. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2009.

PALACIOS, Antônio Carlos de Castro. Balanços estão mais transparentes. Porto Alegre, 2011. **Jornal do Comércio**. Entrevista concedida à Gilvânia Banker.

PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo: USP, n. 36, p. 7-20. set./dez. 2004.

PricewaterhouseCoopers. **IFRS e CPCs - A nova contabilidade brasileira Impactos para o profissional de RI**. Out 2010. Disponível em: <<http://www.pwc.com.br/pt/ifrs-brasil/ifrs-cpcs-a-nova-contabilidade-brasileira.jhtml>> Acesso em: 16 nov. 2013

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Contribuição ao processo de mensuração de ativos imobilizados por meio de *fair volue* e do *impairment*. **Revista de Informação Contábil**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 01-16, abr./jun. 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade intermediária**. 2. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Valmir Cirilo dos. **O planejamento e o gerenciamento econômico-financeiro como instrumento de redução da mortalidade das micro e pequenas empresas – estudo de caso: restaurante buongustaio**. 2001. 158 f. Dissertação (mestrado) – Fundação Getúlio Vargas.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade internacional avançada**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; GOMES, José Mário Matsumura. **Fundamentos de contabilidade intermediária: atualizado pela Lei 10.833/03**. São Paulo: Atlas, 2004. (Coleção resumos de contabilidade, 2).

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

UMPIERRE, Marcia Borges. **Informações contábeis voluntárias e as recomendações de investimento em ações**. 2010. 138 f. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a harmonização contábil internacional**: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado. São Paulo: Atlas, 2005.

ANEXO A

CPC 27 - DIVULGAÇÃO

73. As demonstrações contábeis devem divulgar, para cada classe de ativo imobilizado:

- (a) os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto;
- (b) os métodos de depreciação utilizados;
- (c) as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas;
- (d) o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas), no início e no final do período; e
- (e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrando:
 - (i) adições;
 - (ii) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em um grupo, classificados como mantidos para venda, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e outras baixas;
 - (iii) aquisições por meio de combinações de negócios;
 - (iv) aumentos ou reduções decorrentes de reavaliações nos termos dos itens 31, 39 e 40 e perdas por redução ao valor recuperável de ativos reconhecidas ou revertidas diretamente no patrimônio líquido, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
 - (v) provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
 - (vi) reversão de perda por redução ao valor recuperável de ativos, apropriada no resultado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
 - (vii) depreciações;
 - (viii) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis da moeda funcional para a moeda de apresentação, incluindo a conversão de uma operação estrangeira para a moeda de apresentação da entidade; e
 - (ix) outras alterações.

74. As demonstrações contábeis também devem divulgar:

- (a) a existência e os valores contábeis de ativos cuja titularidade é restrita, como os ativos imobilizados formalmente ou na essência oferecidos como garantia de

obrigações e os adquiridos mediante operação de *leasing*, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil;

(b) o valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção;

(c) o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos imobilizados; e

(d) se não for divulgada separadamente no corpo da demonstração do resultado, o valor das indenizações de terceiros por itens do ativo imobilizado que tenham sido desvalorizados, perdidos ou abandonados, incluído no resultado.

75. A seleção do método de depreciação e a estimativa da vida útil dos ativos são questões de julgamento. Por isso, a divulgação dos métodos adotados e das estimativas das vidas úteis ou das taxas de depreciação fornece aos usuários das demonstrações contábeis informação que lhes permite revisar as políticas selecionadas pela administração e facilita comparações com outras entidades. Por razões semelhantes, é necessário divulgar:

(a) a depreciação, quer reconhecida no resultado, quer como parte do custo de outros ativos, durante o período; e

(b) a depreciação acumulada no final do período.

76. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a entidade deve divulgar a natureza e o efeito de uma mudança de estimativa contábil que tenha impacto no período corrente ou em períodos subsequentes. Relativamente aos ativos imobilizados, tal divulgação pode resultar de mudanças de estimativas relativas a:

(a) valores residuais;

(b) custos estimados de desmontagem, remoção ou restauração de itens do ativo imobilizado;

(c) vidas úteis; e

(d) métodos de depreciação.

77. Caso os itens do ativo imobilizado sejam contabilizados a valores reavaliados, quando isso for permitido legalmente, a entidade deve divulgar o seguinte:

(a) a data efetiva da reavaliação;

(b) se foi ou não utilizado avaliador independente;

(c) os métodos e as premissas significativos aplicados à estimativa do valor justo dos itens;

(d) se o valor justo dos itens foi determinado diretamente a partir de preços observáveis em mercado ativo ou baseado em transações de mercado realizadas sem favorecimento entre as partes, ou se foi estimado usando outras técnicas de avaliação;

(e) para cada classe de ativo imobilizado reavaliado, o valor contábil que teria sido reconhecido se os ativos tivessem sido contabilizados de acordo com o método de custo; e

(f) a reserva de reavaliação, indicando a mudança do período e quaisquer restrições na distribuição do saldo aos acionistas.

78. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a entidade deve divulgar informações sobre ativos imobilizados que perderam o seu valor, além das informações exigidas no item 73(e)(iv)-(vi).

79. Os usuários das demonstrações contábeis também podem entender que as informações seguintes são relevantes para as suas necessidades:

- (a) o valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso;
- (b) o valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado, totalmente depreciado, que ainda esteja em operação;
- (c) o valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso ativo e não classificados como mantidos para venda, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada; e
- (d) o valor justo do ativo imobilizado, quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método do custo.

Por isso, as entidades são encorajadas a divulgar esses valores.

APÊNDICE A

DADOS PARA PERFIL DAS EMPRESAS E COMPOSIÇÃO DO ATIVO

	Empresas	Faturamento (mil)	Ativo Total (mil)	ANC (mil)	Relação AT/ANC	Imobilizado (mil)	Relação AT/I	Relação ANC/I	PL (mil)	Relação Imob/CP	Segmento GC	Sector de Atuação	Data de Fundação
1	ALTUS SISTEMA DE AUTOMAÇÃO S.A.	91.610	188.912	42.659	23%	12.607	7%	30%	18.197	69%	MA	Bens Industriais / Serviços / Serviços Diversos	1989
2	AMBEV S.A.	34.791.391	68.674.019	48.204.006	70%	13.937.759	20%	29%	43.997.398	32%	-	Consumo não Cíclico / Bebidas / Cervejas e Refrigerantes	2005
3	CIA ÁGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL	487.104	1.366.415	1.107.980	81%	15.434	1%	1%	270.362	6%	MA	Utilidade Pública / Água e Saneamento / Água e Saneamento	2006
4	CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A.	641.189	2.069.379	329.097	16%	12.312	1%	4%	316.281	4%	NM	Consumo Cíclico / Viagens e Lazer / Viagens e Turismo	2009
5	GAEC EDUCAÇÃO S.A.	461.292	867.023	279.234	32%	88.723	10%	32%	477.013	19%	NM	Consumo Cíclico / Diversos / Serviços Educacionais	2007
6	JP PARTICIPACOES S.A.	229.362	5.768.722	4.050.371	70%	21.607	0,37%	1%	2.999.499	1%	MA	Não Classificados / Não Classificado / Não Classificados	2012
7	LINX S.A.	295.449	769.011	358.118	47%	29.835	4%	8%	586.370	5%	NM	Tecnologia da Informação / Programas e Serviços / Programas e Serviços	2004
8	OURO VERDE LOCACAO E SERVICO S.A.	635.451	1.723.895	1.433.225	83%	1.219.207	71%	85%	163.300	747%	-	Não Classificados / Não Classificado / Não Classificados	1973
9	QUALITY SOFTWARE S.A.	31.772.500	14.238.995	5.510.306	39%	1.362.481	10%	25%	3.113.969	44%	MA	Tecnologia da Informação / Programas e Serviços / Programas e Serviços	1989
10	RAIZEN ENERGIA S.A.	8.468.238	16.662.534	12.948.289	78%	6.613.578	40%	51%	6.673.495	99%	-	Consumo não Cíclico / Alimentos Processados / Açúcar e Alcool	2000
11	SER EDUCACIONAL S.A.	456.761	803.365	396.955	49%	315.517	39%	79%	451.366	70%	NM	Consumo Cíclico / Diversos / Serviços Educacionais	2002
12	SMILES S.A.	573.346	1.944.150	1.110.034	57%	1.137	0,06%	0,10%	1.329.056	0%	NM	Consumo Cíclico / Diversos / Programas de Fidelização	2012
13	TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.	20.178	591.032	472.535	80%	461.345	78%	98%	149.131	309%	-	Não Classificados / Não Classificado / Não Classificados	2008

